

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Entre a República e a Grande Guerra:
Breves abordagens às instituições
militares portuguesas

Coordenador:

MAJ INF Carlos Afonso

Julho de 2014

Centro de Investigação de Segurança e Defesa

Os Cadernos do IESM têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IESM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não tem uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CISDI. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IESM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IESM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CISDI ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos auditores do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) e pelos alunos do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC), que tenham sido indicados para publicação;
- Papers, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do CISDI efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

Diretor

Tenente-General Rui Xavier Matias

Editor-chefe

Major-General Carlos Branco

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Tenente-Coronel Manuel Ratão
Tenente-Coronel Rui Grilo
Dra. Andreia Roque Venâncio

Propriedade

Instituto de Estudos Superiores Militares
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: 213 002 100
Fax.: 213 002 179
E-mail: cisdi@iesm.pt
www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Composição, Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores
Rua Diogo Cão, 1242 r/c Esq
4200-259 Porto
Tel.:
Fax.:
E-mail:
www.

ISBN-....
ISSN 2183-2129
Depósito Legal .../14
Tiragem 500 exemplares

ÍNDICE DE ASSUNTOS

INTRODUÇÃO

Parte I – A REPÚBLICA: RESSONÂNCIAS NAS INSTITUIÇÕES

Almirante Pereira da Silva e a Modernização da Armada no Início do Século XX

1TEN EN-AEL Nuno Boavista

A Guarda Nacional Republicana e a Implantação da República

CAP INF GNR Adérito Rodrigues

A Re(estruturação) das Forças Armadas na Primeira República. Aspetos Legislativos. O Regulamento de Disciplina Militar de 1913

1TEN TSN-JUR Diocleciano Baptista

Primórdios da Aviação Militar em Portugal

MAJ ENGEL António Boaventura e Silva

Parte II – A GUERRA: OLHARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA

O Impacto da Mudança do Armamento Ligeiro durante a Participação Portuguesa na Primeira Guerra Mundial, na Infantaria e no Exército Português

CAP INF Carlos Marques da Silva

O Serviço de Saúde Português na Grande Guerra

CAP TEDT Carlos Duarte

Evocação dos Militares Elvenses Mortos na Primeira Guerra Mundial

CAP TPESSECR Fernando Laureano

INTRODUÇÃO

Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso
Major de Infantaria
Docente da Área de Ensino de Estratégia
Investigador Associado do CISDI
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
carloafonso@yahoo.com

A componente de formação comum e conjunta do Curso de Oficial Superior contou, pela primeira vez, no ano letivo de 2013-2014, com uma unidade curricular de História Militar única para todos os cursos (até ao ano transato, a Marinha mantinha algumas horas de História Naval, inseridas na componente específica). Uma outra alteração significativa foi o método de avaliação. Ao contrário do instrumento coletivo (trabalho de grupo), que vinha sendo aplicado em anos anteriores, optou-se por um trabalho individual, necessariamente breve, sobre um tema de história militar de Portugal, de escolha livre pelo oficial-aluno. Dado o vasto grupo a avaliar, pretendeu-se que os textos tivessem um cunho de “aplicação” e não de “investigação”, e que fossem limitados a um máximo de duas mil palavras, obrigando a um enorme (e não raras vezes astuto) esforço de síntese).

A proposta colocada pelo Centro de Investigação em Segurança e Defesa do IESM (CISDI), de elaboração de uma edição temática, relativa à Primeira Guerra Mundial, não é alheia ao momento que se vive, de comemoração do centenário daquele conflito, que marcou de forma significativa a sociedade portuguesa. De entre os 197 trabalhos apresentados, mais de quatro dezenas foram subordinados a temas relativos à Primeira Guerra Mundial ou à Primeira República; destes, foram selecionados sete, para figurarem na presente edição. É importante referir que muitos outros revelaram excelente qualidade, mas, por dizerem respeito a assuntos diferentes da intenção da presente edição temática, não puderam ser considerados.

É neste contexto que se apresentam as sete sínteses históricas que se seguem. A crítica deve encará-las no quadro do que sempre lhes esteve subjacente, de trabalhos de aplicação no âmbito da frequência de um curso de carreira. A dupla condição - de síntese e de “aplicação” (e não “investigação”) - iliba-as, de certa forma, da busca de grande profundidade, mas isso não significa ausência de sobriedade.

Depois de selecionar os trabalhos, surgiu a necessidade de os organizar de forma lógica e coerente. Havendo representantes de cada um dos ramos das Forças Armadas e também da Guarda Nacional Republicana, a tendência foi para que os oficiais do Exército se debruçassem sobre assuntos relacionados com as operações militares, ao passo que os restantes escolheram assuntos no âmbito da estratégia e organização militar. Esta tendência é facilmente explicável pelo facto de, sem desprimor para a atuação da Marinha, o grande empenhamento operacional do primeiro quartel do século XX ter sido no quadro da Grande Guerra e este, por sua vez, ter recaído em boa medida no Exército. Tendo esta circunstância como elemento orientador, foi possível articular a presente edição em duas partes: a primeira, intitulada “A República: ressonâncias nas Instituições” agrupa quatro textos relativos às instituições militares no quadro da mudança e instabilidade de regime político vivido até ao final da Primeira República; a segunda, intitulada “A Guerra: olhares sobre a participação portuguesa”, é constituída por três abordagens a facetas da participação do Exército no conflito.

As ressonâncias da implantação da República nas instituições militares ocorreram a diversos níveis. Em “Almirante Pereira da Silva e a modernização da Armada no início do século XX”, o autor elabora um retrato do dilema entre a Marinha Oceânica e a Marinha possível, centrado na pessoa de Pereira da Silva e no pensamento “mahanista” da época.

“A Guarda Nacional Republicana e a implantação da República” convida-nos a revisitar o percurso das forças de segurança, desde o século XVIII até aos anos de 1910 e 1911, salientando o constante carácter militar das instituições que se foram sucedendo.

“A (re)estruturação das Forças Armadas na Primeira República. Aspectos legislativos. O Regulamento de Disciplina Militar de 1913” é um trabalho vincadamente historicizante, que contextualiza muito bem o leitor na época e que estabelece uma ponte interessante com a atualidade, mostrando como foram forjados princípios disciplinares ainda hoje em vigor em Portugal.

“Primórdios da Aviação Militar em Portugal” evoca o tempo dos pioneiros do ar em Portugal, numa cronologia que se estende até à década de 1920, apresentando a génese do debate entre uma aeronáutica dependente e integrante das forças militares existentes à época e uma aviação completamente autónoma (que só se viria a confirmar bem mais tarde, já na década de 1950).

A participação portuguesa na Grande Guerra conta com três textos relativos ao Exército. “O impacto da mudança do armamento ligeiro durante a

participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, na Infantaria e no Exército Português”, descreve como a questão logística foi determinante e altamente condicionadora da participação portuguesa na Flandres e apresenta as questões da interoperabilidade na atuação de forças combinadas.

“O Serviço de Saúde Português na Grande Guerra” debruça-se sobre um tema geralmente pouco conhecido, mesmo dentro das Forças Armadas, sugerindo que existia adequação entre o apoio sanitário orgânico do Corpo Expedicionário Português e as necessidades reais em operações.

Finalmente, a “Evocação dos militares elvenses mortos na Primeira Guerra Mundial” consiste num prestimoso trabalho de pesquisa documental, com o mérito de não ignorar a conjuntura político-militar da época, contextualizando, assim, as fichas biográficas arroladas.

O conjunto deste modo estabelecido permite, estamos em crer, uma leitura descomprometida e informativa, com o mérito de trazer à luz assuntos que (re)começam a estar na moda, muito por via do centenário que se comemora, mas que ainda assim se revestem de muitas facetas curiosas e, não raras vezes, desconhecidas.

Parte I – A REPÚBLICA:
RESONÂNCIAS NAS INSTITUIÇÕES

ALMIRANTE PEREIRA DA SILVA E A MODERNIZAÇÃO DA ARMADA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE

Nuno Manuel Sobral Boavista
Primeiro-tenente Engenheiro Naval
Aluno do CPOS-M 2013-14
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
nboavista@gmail.com

*“As nações devem ter Armadas que se
apropriam ou que sejam a consequência da sua
política.”*

Almirante Pereira da Silva (1871-1943)

No início do século XX, Portugal vivia uma das fases mais conturbadas da sua história, não apenas no contexto socioeconómico, mas igualmente ao nível da sua organização, estrutura, ambições e importância internacional. De entre as inúmeras e importantes figuras deste período que a história imortalizou, destaca-se o almirante Pereira da Silva, um dos grandes defensores do pensamento estratégico naval, influenciado pelo pensamento estratégico de Alfred Mahan (1840-1914)¹. Assim, o seguinte trabalho de reflexão pretendeu oferecer uma breve análise dos contributos considerados mais relevantes do almirante Pereira da Silva para a modernização da Armada no início do século XX, nomeadamente no que respeita aos Planos Navais, a reorganização da Marinha e o seu pensamento estratégico. Considerou-se ainda importante perceber, mesmo que de forma breve, quem foi o almirante Pereira da Silva e como se desenvolveu a sua carreira dedicada à Armada.

Almirante Pereira da Silva

Fernando Augusto Pereira da Silva nasceu a 13 de janeiro de 1871, em Lisboa, filho do oficial do Exército, Gregório José Pereira da Silva e de Luiza da Purificação Correa e Silva. A 13 de Novembro de 1889, com 18 anos, assentou praça na Escola Naval. Faleceu, em Lisboa, em 1943, com 72 anos. Desde muito cedo, na sua carreira militar, demonstrou plena consciência do potencial de

¹ Oficial da Marinha dos EUA “que se notabilizou como estrategista e professor, cujos escritos sobre a centralidade do mar na grandeza dos países, realizados a partir de finais do século XIX, influenciaram gerações sucessivas de políticos e oficiais de todo o mundo e desencadearam o forte investimento na edificação de capacidades navais, que se verificou na década precedente à I Guerra Mundial.” (Ribeiro, 2010).

Portugal enquanto nação marítima, “...e de quanto necessitávamos de uma Armada disseminada em permanência por todas aquelas longínquas paragens” (Gonçalves, 2011).

No âmbito das suas funções enquanto oficial de Marinha, desempenhou vários cargos a bordo de quase duas dezenas de navios, no período de 1893 a 1920 (Faustino, 2010). No entanto, não apenas de funções a bordo se fez a carreira do almirante Pereira da Silva. De facto, fez parte da Liga Naval Portuguesa, criada em 1901, pela clara necessidade de se inverter o rumo que o país levava por essa altura, em que predominavam vários problemas não apenas ao nível da instabilidade, mas também no que respeitava à “desagregação do poder naval e conseqüente decadência do Estado nos territórios ultramarinos” (Gonçalves, 2011).

É precisamente neste contexto que Pereira da Silva, em conjunto com Botelho de Sousa (1880-1960), consideraram ter chegado o momento de Portugal apresentar uma nova estratégia naval, sendo que o modelo e pensamento de Alfred Mahan estiveram na base dessa estratégia. Com efeito, estes dois notáveis oficiais da Marinha, “fruto das suas intensas vivências no Índico, cedo perceberam a necessidade do país dispor de uma nova estratégia naval. Por isso, realizaram estudos que tomaram a doutrina de Mahan como modelo, e se destinaram a provocar o ressurgimento naval português, justificado com a utilidade e indispensabilidade da Marinha para alcançar as finalidades políticas nacionais” (Ribeiro, 2010). Esta tomada de posição e esforços envidados garantiram a Pereira da Silva a nomeação para fazer parte da Comissão do Plano de Reconstrução da Armada. Desempenhou ainda várias funções na estrutura da Marinha e no Governo, enquanto Ministro da Marinha (1923-26). Destaca-se ainda do seu currículo, o vasto espólio de publicações que deixou, nomeadamente os Planos Navais, testemunhando o seu empenho e dedicação à causa naval e ao pensamento estratégico naval.



Fig. 1 – Contra-almirante Pereira da Silva

Fonte: Arquivo Geral de Marinha.

“Como a história claramente demonstra, a única garantia de defesa, para qualquer nação marítima, reside na supremacia naval, ou pelo menos no domínio do mar que banha as suas costas.”

Almirante Pereira da Silva (1871-1943)

Os Planos Navais

Como já anteriormente referido, o almirante Pereira da Silva demonstrou, desde cedo, um pensamento estratégico que sentia não existir no que respeita ao poder marítimo que considerava intrínseco a Portugal, sendo que o alinhamento com o modelo e pensamento estratégico de Alfred Mahan contribuiu claramente para todo o desempenho enquanto oficial da Marinha e dinamizador de muitas das reestruturações levadas a cabo, se não no seu tempo, decididamente por sua iniciativa e influência.

No início do século XX, e nos anos que se seguiram, a Marinha não detinha nem os meios nem as estruturas adequadas para fazer frente aos conflitos que se avizinhavam, o que naturalmente contrariava alguém como Pereira da Silva, cujo pensamento se baseava na supremacia naval de uma nação marítima, como considerava ser Portugal. Urgia, portanto, a grande necessidade de se apresentarem planos que contribuíssem para o ressurgimento do poder naval e marítimo. Com efeito, o próprio Pereira da Silva elevava a importância estratégica do país, justificando assim, a necessidade de desenvolvimento de capacidades navais, uma vez que “(...)

possuirmos a defeza bem organizada d'esses portos e uma marinha de guerra de valor apreciável (...) constituem (...) a melhor forma de tornar mais sincera e leal a aliança com a potência militar, colocando-nos em situação de podermos escolher livremente o aliado que melhor nos convier, em harmonia com os nossos interesses” (Silva, 1909).

Nesta conjuntura, Pereira da Silva, recusando conformar-se com o declínio da Marinha, *“então primeiro-tenente, tornava-se o arauto da jovem geração de marinheiros mahanistas, a versão naval do ofensivismo em terra”* (Fernandes, 2004). Assim, Pereira da Silva, juntamente com outros jovens oficiais que partilhavam da mesma orientação estratégica, *“tentaram pôr em prática as suas ideias através de um conjunto de planos de regeneração da Armada, colocando grande ênfase na construção de uma esquadra numerosa e de grande poder ofensivo, destinada à destruição do inimigo”* (Monteiro, 2009). Dessa forma, em 1909 foi apresentado o seu primeiro plano Naval, intitulado *“O Nosso Plano Naval”*, e que incluía uma base de operações no porto de Lisboa, um ponto de apoio nos Açores e uma esquadra de combate de carácter ofensivo, ao nível das grandes esquadras, bem como a forma de financiamento de toda essa reestruturação. A este primeiro plano seguiram-se os planos de 1911, 1924 e 1930, fruto da importância que Pereira da Silva atribuía à necessidade de um programa naval, uma vez que este seria *“(…) a essência de qualquer marinha de guerra, põe em evidência o fim e a justificação da sua existência, e constitue tal documento a última expressão, concreta e precisa da política marítima, traçada em obediência aos interesses nacionaes.”* (Silva, 1911).

Efetivamente, e em linha com o pensamento de Mahan, *“atingir o fim militar, para o qual são necessárias forças navais de carácter ofensivo, e pelo qual se consegue o domínio do mar e o aniquilamento do comércio marítimo adverso, evitando-se as agressões, é tudo o que Pereira da Silva preconiza”* (Fernandes, 2004). Nesta sequência, os planos navais desenvolvidos consubstanciavam o que este oficial entendia ser o caminho que permitiria a Portugal alcançar o domínio do mar, ou seja *“Pereira da Silva queria navios grandes, de chapa forte e bem armados, capazes de ombrear com os dreadnoughts.”* (Matos, 2004).

No entanto, dado o contexto socioeconómico difícil em que o país se encontrava, estes diversos planos não lograram em serem implementados da forma em que o seu autor os havia idealizado, muito pela escassez de meios financeiros para os realizar, no que respeitava essencialmente à aquisição e construção de meios navais apropriados, e possivelmente alguma menor vontade política de os ver implementados, como, de resto, refere o próprio

Pereira da Silva, este programa “(...) nunca se efetivou, porque os respetivos encargos não chegaram a ser votados” (Silva, 1924). Na verdade, em 1926, a sua insatisfação “com o silêncio que se fizera no parlamento à volta do seu Programa Naval e da constante agitação política não permitir a obra de reconstrução da Armada como a delineara e previra” (Gonçalves, 2011), veio a culminar com a sua exoneração do cargo de Ministro da Marinha.



Fig. 2 – Plano Naval

Fonte: Coleção CAIm Roque Martins.

Importará ainda referir, que em todos os planos apresentados, foi intenção do almirante Pereira da Silva adaptar a estratégia, o modelo e os recursos à realidade socioeconómica do país, mas sempre sem colocar em causa o objetivo principal e que estava na base desses planos, ou seja, o de dotar Portugal de meios e de uma estrutura que lhe permitissem alcançar supremacia naval. Efetivamente, as ideias de Pereira da Silva conquistaram seguidores não apenas na Armada como também na classe política, já que “*ele parece ser a resposta para a fraqueza nacional, numa altura em que todos os países vizinhos se lançam na corrida naval e em que o controlo do Atlântico português é posto em causa. Os republicanos sentem-se especialmente atraídos*”

pela solução proposta, que responde simultaneamente à necessidade de uma aproximação à Inglaterra e de reforço da Armada, a arma que lhes merece mais confiança política. Assim, não é para admirar que as teorias do jovem oficial sejam oficialmente adoptadas depois do 5 de Outubro de 1910." (Telo, 2004a).

Quando no final da década de 20 se vivia o que haveria de ficar conhecido como o "Zero Naval"², *"Pereira da Silva dá mostras (...) de um pensamento maduro, muito diferente do jovem tenente de 1911. (...) O seu texto é uma das poucas propostas elaboradas de uma estratégia nacional e de uma política militar, que se traduz num plano naval, mas que o excede em muito."* (Telo, 2004b). Efetivamente, os frutos do seu esforço haveriam de ser colhidos mesmo que tenha sido *"sob a égide do ministro Magalhães Correa, em 1930, que o seu Programa Naval começou, finalmente, a ser posto em prática"* (Gonçalves, 2011), uma vez que a reforma dava corpo ao trabalho e ideias de Pereira da Silva.

Reorganização do Ministério da Marinha

Um outro contributo relevante do almirante Pereira da Silva encontra-se intrinsecamente ligado à reorganização do Ministério da Marinha no período pós Primeira Guerra Mundial, sendo que este contributo se encontra diretamente relacionado com pensamento estratégico que os Planos Navais corporizavam.

Com efeito, Pereira da Silva apresentava como fundamentais duas razões que se impunham à reorganização do Ministério da Marinha, nomeadamente *"a sua apropriação às reduzidas forças navais que possuímos e a conveniência de fazer sujeitar o funcionamento desta Instituição Militar aos seus princípios da ciência orgânica"* (Silva, 1922). Podemos inferir pelas palavras do próprio almirante Pereira da Silva que as duas razões, embora complementares, se baseavam em contextos distintos. Ou seja, enquanto a primeira razão estava naturalmente relacionada com o contexto económico-financeiro que se vivia no período pós Primeira Guerra Mundial, já a segunda razão referia-se *"à ciência orgânica militar e compreensão perfeita dos seus princípios"* (Silva, 1922). Na realidade, a participação de Pereira da Silva na reorganização da Marinha nasceu de um sentimento de desilusão, como nos refere o próprio *"os serviços não marcham; os organismos não engrenham e a confusão é acentuada, e não é*

² Expressão usada por Pereira da Silva para caracterizar a Armada nessa época, e que significava essencialmente que a Marinha não detinha meios navais que lhe permitissem fazer frente a situações de conflito.

maior pela razão de que a marinha neste momento não tem qualquer operação de importância a desempenhar, porque, no caso contrário, as dificuldades em que tropeçaria (...) seriam enormes” (Silva, 1922).

De entre os muitos contributos de Pereira da Silva no âmbito da reorganização da Marinha, importará salientar as reestruturações que permitiriam não só a complementaridade entre a função de Armada em situação de conflito e a função não combatente, mas também de defesa da riqueza marinha, sendo que o Ministério da Marinha deveria integrar “... não só os serviços militares da Armada, como também os de carácter civil e os referentes à Marinha Mercante e Fomento Marítimo” (Silva, 1922), o que de alguma forma nos permite, já desde essa altura, vislumbrar uma intenção de duplo uso da Marinha.

Efetivamente, a reestruturação levada a cabo por Pereira da Silva no seio da Marinha, veio alavancar o que seriam as “bases da moderna Marinha de Guerra Portuguesa, que irá operar ao longo de todo o século XX” (Valentim, 2010b). Reconhece-se, desta forma, a atualidade do pensamento estratégico de Pereira da Silva, uma vez que a atual doutrina naval consagra a Marinha Portuguesa, “enquanto instituição pública que desempenha, simultaneamente, as tarefas típicas de Armada e de Guarda Costeira, estando dotada de meios equilibrados, possuindo uma estrutura otimizada e realizando atividades de duplo uso ao serviço de Portugal.” (Ribeiro, 2011).

Paralelamente, e não menos importante, deveremos aqui também referir que foi com o esforço de Pereira da Silva que o Arsenal da Marinha ganhou renovada importância, como testemunha o Decreto nº 9:629 de 2 de maio de 1924 – Reorganização da Direção das Construções Navais do Arsenal da Marinha. Também se deve ao empenho e dedicação deste distinto oficial, a relevância dada à educação na Escola Naval e à formação e treino, como comprovam os diplomas legais que decretam a mudança de nome da barca “Flores” para Navio-Escola “Sagres” (Portaria nº 4:049, de 30 de Maio de 1924), bem como uma reorganização dos serviços e regimes de estudo da Escola Naval e criação da Escola Náutica (Decreto nº 10:084, de 20 de agosto de 1924), e ainda a constituição de uma esquadra para treino e adestramento das guarnições (Portaria nº 4:594 de, 23 de março de 1926).

Pereira da Silva, enquanto “homem da Primeira República, em conjunto com muitos outros que estiveram “à frente das fileiras da Marinha [,] constituem uma geração de ouro da Instituição (...) Estamos perante uma geração que se envolve numa revolução política, e que tudo faz para que se criem as condições

para se incrementar a modernização técnica e científica da sua Corporação e de Portugal.” (Valentim, 2010a).

Nota final

Com esta reflexão pretendeu-se apresentar uma breve análise da vida e carreira do almirante Pereira da Silva, em concreto no que respeita aos seus contributos para uma Marinha mais moderna e adequada ao potencial marítimo e naval que sempre defendeu ser a característica mais definidora de Portugal, sendo o mar o seu maior trunfo estratégico na cena internacional.

De facto, mesmo infelizmente não tendo logrado ver os seus Planos Navais serem concretizados enquanto se manteve nas funções de Ministro da Marinha, o pensamento estratégico e o modelo que estes preconizavam foram considerados pelos seus sucessores. Já os seus contributos para a reestruturação da Marinha foram de tal forma importantes para esta Instituição, quer no âmbito da modernização e adequação de modelo e estratégia, quer no âmbito da educação e treino, que para além das distinções que recebeu durante a sua vida, mereceu igualmente este seu legado várias homenagens que a Marinha lhe tem prestado ao longo dos anos, nomeadamente em 1966, com o batismo da fragata “Almirante Pereira da Silva”; mais tarde em 1996, quando a Escola Naval o instituiu como patrono do curso de cadetes desse ano, e mais recentemente, o Estado-Maior da Armada, ao atribuir o seu nome à antiga Sala dos Adidos.

“O mar é uma janela de liberdade portuguesa.”

Adriano Moreira

Referências Bibliográficas

- Faustino, P.M.T., 2010. *Almirante Pereira da Silva – Seu Contributo para a Modernização da Marinha*. Tese de Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Militares Navais da Escola Naval. Alfeite: Escola Naval.
- Fernandes, A.H., 2004. A Geração do Conceito de Nação em Guerra em Portugal. Do início do século à Grande Guerra. In: Barata, M. T. e Teixeira, N. S., 2004. *Nova História Militar de Portugal*, 4, pp. 523-525. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Gonçalves, A. M.. 2011. Almirante Pereira da Silva: Uma Vida Dedicada à Marinha. *Revista da Armada*, fevereiro, pp. 17-20.

- Mahan, A.T., 1889. *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. The Project Gutenberg EBook of the Influence of Sea Power upon History, 1660-1783, by Alfred Thayer Mahan. [Em linha]. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/13529/13529.txt>, [Consult. 15 mai. 2014].
- Matos, L.S., 2004. República: Um «Corpo com Alma». In: Barata, M. T. e Teixeira, N. S., 2004. *Nova História Militar de Portugal*, 4, pp. 123-138. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Ministério da Marinha (2 de maio de 1924). Decreto nº 9:629. Diário do Governo, pp. 594-597.
- Ministério da Marinha (20 de agosto de 1924). Decreto nº 10:084. Diário do Governo, pp. 1294-1307.
- Ministério da Marinha (30 de maio de 1924). Portaria nº 4:049. Diário do Governo, p. 774.
- Ministério da Marinha (23 de março de 1926). Portaria nº 4:594. Diário do Governo, p. 260.
- Monteiro, N.S., 2009. Poder Naval no séc. XXI: a morte da Mahan e a vingança de Corbett. *Anais do Clube Militar Naval*, CXXXIX, julho-setembro, pp. 373-408.
- Moreira, A., 2010. O Mar é uma janela de liberdade portuguesa. *Revista da Armada*, maio, pp. 8-9.
- Ribeiro, A.S., 2010. Mahan e as Marinhas como Instrumento Político. *Revista Militar*, nº 2500, maio, pp. 465-483.
- Ribeiro, A.S., 2011. Doutrina Naval. *Revista da Armada*, dezembro, p. 4.
- Silva, F.A.P., 1909. O nosso Plano Naval. *Anais do Clube Militar Naval*, 40, pp. 87-96.
- Silva, F.A.P., 1911. O Ressurgimento da Marinha de Guerra. *Anais do Clube Militar Naval*, 42, pp. 609-619.
- Silva, F.A.P., 1922. A Reorganização do Ministério da Marinha. *Anais do Clube Militar Naval*, 53, pp. 230-272.
- Silva, F.A.P., 1924. *Política Naval e Política Naval Nacional*. Lisboa: Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.
- Teixeira, N.S., 2004. Portugal e a Grande Guerra. In: Barata, M. T. e Teixeira, N. S., 2004. *Nova História Militar de Portugal*, 4, pp. 14-34. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Telo, A.J., 2004a. Os Começos do Século. In: Barata, M. T. e Teixeira, N. S., 2004. *Nova História Militar de Portugal*, 4, pp. 365-372. Mem Martins: Círculo de Leitores.

Telo, A.J., 2004b. A Neutralidade Armada (1930-1945). In: Barata, M. T. e Teixeira, N. S., 2004. *Nova História Militar de Portugal*, 4, pp. 403-412. Mem Martins: Círculo de Leitores.

Valentim, C., 2010a. A Marinha na Primeira República (1910-1926): Revolução e Inovação. *Revista da Armada*, setembro/outubro, pp. 17-21.

Valentim, C., 2010b. A Marinha na Primeira República (1910-1926): A Armada Gloriosa de Guarda Pretoriana a Força de Inovação Tecnológica. *Revista da Armada*, novembro, pp. 23-27.

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Adérito Grazina Rodrigues
Capitão de Infantaria da GNR
Aluno do CPOS-GNR 2013-14
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
rodrigues.ag3@gnr.pt

A segurança de pessoas e bens sempre foi uma das grandes preocupações da humanidade mas só a partir do século XVIII surgiram estruturas de segurança nos moldes modernos, com especial destaque para o Marquês de Pombal que após o terramoto de Lisboa criou a Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino e a função de intendente-geral da polícia.

Desde a monarquia sentiu-se a necessidade de ter um corpo policial com características militares para a segurança do território, o qual foi sofrendo diversas alterações até ser criada a Guarda Nacional Republicana (GNR). A implantação da República Portuguesa representou um acontecimento de grande importância na história de Portugal e conseqüentemente nas forças da ordem pública, marcando este momento histórico a génese da GNR.

Das Guardas Reais de Polícia às Guardas Municipais

A Guarda Real da Polícia de Lisboa, foi criada em 1801 pelo Príncipe Regente D. João sob proposta do Intendente da Polícia da Corte e do Reino, D. Diogo Inácio de Pina Manique, tendo por base a imitação dos *Guet*¹ e da *Maréchaussée*² de França (Rodrigues, 1949, p. 17). O General Afonso Botelho, antigo comandante da Guarda Nacional Republicana, escreveu que “*A Guarda Real da Polícia, magnífica instituição militar para garantia da segurança e tranquilidade públicas, que se deve à visão admirável do célebre Intendente Pina Manique, destinada, inicialmente, a vigiar e guardar a cidade de Lisboa e, mais tarde a do Porto (e, talvez ulteriormente todo o País), foi a antecessora das Guardas Municipais e a precursora da Guarda Nacional Republicana*”³.

¹ A *Guet* de Paris era de um Corpo de polícia ativa do antigo regime francês que deu origem à *Garde de Paris*.

² A *Maréchaussée* foi a antecessora da atual *Gendarmerie*.

³ Página n.º 3 do prefácio do livro “*A Guarda Real de Polícia. Esboço Histórico*”, de 1949.



Figura 1 – Modelo dos uniformes de infantaria (à esquerda) e de cavalaria (à direita)

Fonte: Guarda Real de Polícia de Lisboa. Andrade, 2011.

Este modelo policial ao longo da sua existência foi sendo alterado e reorganizado, pelo que em 1810, foi feita a reorganização definitiva da Guarda Real da Polícia, a qual passou a articular-se num Estado-Maior, dez companhias de infantaria e quatro de cavalaria, num total de 1 326 homens e 269 solípedes (Rodrigues, 1949, pp. 24-25). As unidades foram aquarteladas separadamente e preferidos os bairros da cidade de Lisboa onde não existissem tropas de linha (Rodrigues, 1949, p. 29). Posteriormente e mediante parecer do Infante D. Miguel, foi criada a Guarda Real de Polícia do Porto, em 17 de fevereiro de 1824 (Rodrigues, 1949, p. 43).

Após o fim da guerra civil e com o restabelecimento da ordem liberal, D. Pedro criou a Guarda Municipal de Lisboa através do decreto de 03 de julho de 1834, no qual se argumentava que a segurança de Lisboa “ (...) não pode cabalmente ser guardada pelas rondas civis, que pesam sobre os seus habitantes, quando aliás pagam contribuições para aquelle importantíssimo serviço; nem pelas patrulhas Militares, que deterioram a disciplina dos Corpos” (Santos, 1999, p. 110). Em 24 de agosto do ano seguinte e tendo por base os mesmos

argumentos, foi criada, através do decreto de 24 de agosto de 1835, a Guarda Municipal da cidade do Porto, com a missão de manter o sossego público e afiançar a segurança da cidade, dando proteção aos seus habitantes. Em 1868, as Guardas Municipais passaram a ter um comando único, designado por Comando-Geral das Guardas Municipais, o qual ficou sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa. Estas Guardas acompanharam a evolução do poder, atravessando momentos de instabilidade e várias crises políticas, tendo sido direcionadas para a defesa do regime monárquico e das suas instituições, bem como obtido o reforço da sua organização militar e de ordem pública (Andrade, 2011, pp. 8-9).



Figura 2 – Militares das Guardas Municipais em diversos modelos de uniforme

Finais do século XIX/início século XX

Fonte: Andrade, 2011.

A queda da monarquia e a implantação da República

A monarquia constitucional viveu grande instabilidade nos anos que antecederam a República, isto devido à subjugação do país aos interesses coloniais britânicos, aos gastos da família real, ao poder da igreja, à instabilidade política e social, ao sistema de alternância de dois partidos no poder, os progressistas e os regeneradores e à ditadura de João Franco. Tudo contribuiu para um processo de erosão da monarquia portuguesa do qual os

defensores da república, particularmente o Partido Republicano Português (PRP), souberam tirar o melhor proveito. Joaquim Caeiro, citando Vasco Pulido Valente, refere diversas razões que levaram ao eclodir da revolução, nomeadamente a instabilidade provocada pelos partidos monárquicos e o rotativismo político, bem como a incapacidade de perceção da própria instituição monárquica, relativamente ao tempo e espaço que o país vivia (Caeiro, 1997, p. 89).



Figura 3 - Gravura representando o regicídio em 01 de fevereiro de 1908

Fonte: Fundação Mário Soares.

Com o regicídio, em 1 de fevereiro de 1908, o governo de João Franco ficou sem possibilidades de continuar com os seus objetivos políticos, seguindo-se um governo de acalmção presidido pelo Almirante Ferreira do Amaral, que tentou repor a tranquilidade pública e a confiança na monarquia. No entanto a conspiração republicana continuava e era apoiada pelo PRP, pela Maçonaria, pela Carbonária e pelas ligações militares sobretudo à Marinha, na pessoa do Almirante Cândido Reis e do Comissário Machado Santos, à Guarda Fiscal e

outras unidades militares que em 4 e 5 de outubro de 1910 instituíram a República (Andrade, 2011, p. 23).



Figura 4 - Proclamação da República por José Relvas

Fonte: Museu da Presidência da República.

A implantação da República, proclamada em Lisboa a 5 de outubro de 1910, resultou de um longo processo de mutação política, social e mental. Para o efeito foi organizado um governo provisório de concentração de poderes, presidido por Teófilo Braga. A composição deste governo causou desagrado no seio de alguns revolucionários, o que posteriormente originou a nomeação de sucessivos governos, tentativas de sublevações militares e contestações de populares, que passaram a ser rotina durante a I República (Caeiro, 1997, pp. 90-91).

As Guardas Republicanas

Após a proclamação da República, foram criadas, pelo decreto de 12 de outubro de 1910, a título transitório e enquanto não se organizasse a GNR, as Guardas Republicanas de Lisboa e do Porto, tendo para o efeito sido extintas as Guardas Municipais de Lisboa e do Porto que estavam associadas à monarquia (Santos, 1999, pp. 186-188).



Figura 5 – O General Encarnação Ribeiro, primeiro comandante-geral das Guardas Republicanas e oficiais da Guarda Republicana de Lisboa

Fonte: Andrade, 2011.

Sete dias depois da instauração da República, foi instituída uma comissão para estudar a criação da GNR, tendo como objetivo gerar a organização de um corpo de segurança pública para todo o país. A comissão era composta pelo General Ernesto da Encarnação Ribeiro, que estivera envolvido na intentona de 28 janeiro de 1908 e um dos protagonistas da preparação da revolução de 5 de outubro de 1910, o qual foi nomeado como primeiro comandante das Guardas Republicanas e da futura GNR (Andrade, 2011, pp. 38-39).

A estrutura da Guarda Republicana teve por base as extintas Guardas Municipais, mantendo a especificidade “gendármica”, neste caso em todo o território nacional, por forma a manter e expandir os ideais republicanos no dispositivo e continuar a cumprir as funções de polícia. Em 29 de outubro, o Ministro do Interior publicou o Regulamento da Guarda Republicana de Lisboa e do Porto, estabelecendo que o comando desta força era de um General de Brigada, lendo-se no art.º 1º que “ *O seu fôro é o militar, sendo-lhe por isso aplicáveis as prescrições do Código de Justiça Militar e regulamentos disciplinares do exército*” (Santos, 1999, p. 187).

Quanto à constituição, ambas as Guardas Republicanas eram compostas por um Estado-Maior, esquadrões de cavalaria e companhias de infantaria (Santos, 1999, p. 187). A Guarda Republicana do Porto não sofreu alterações significativas no seu efetivo, mas em Lisboa além de grandes alterações no efetivo, os republicanos pretenderam ter homens de confiança nesta força (Andrade, 2011, pp. 38-39).

Mantiveram-se a missão, normas de conduta, legislação e determinações policiais e nos uniformes mantiveram-se os tecidos, as características e as cores principais, alterando-se as cores de distinção, substituindo-se o vermelho da farda da Municipal, pelo verde dos uniformes da Republicana (Andrade, 2011, p. 38).

A Guarda Nacional Republicana

A 3 de maio de 1911, é criada formalmente a GNR, constando no art.º 1º do Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio que “ *É organizado um corpo especial de tropas para velar pela segurança publica, manutenção da ordem e proteção das propriedades publicas e particulares em todo o país, que se denominará Guarda Nacional Republicana*”⁴.



Figura 6 – Forças de cavalaria da GNR na greve geral de 1911

Fonte: Andrade, 2011.

⁴ Vide art.º 1º do Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

O regime republicano pretendia alargar a sua ação ao interior do país, em virtude das populações se encontrarem distantes da influência republicana, pelo que no referido diploma o legislador alegava que há muito que os povos reclamavam por falta de uma polícia rural que assegurasse o livre-trânsito das estradas e caminhos e protegesse dos frequentes assaltos, vagabundos e malfeitores, tal como as polícias rurais criadas pelos municípios se tinham mostrado ineficazes por falta de recursos materiais e de conveniente organização e instrução. Por outro lado apontava ainda a vantagem de deixar de utilizar o exército na manutenção da ordem pública, no policiamento de feiras, arraiais, condução de presos e na supressão dos corpos de polícia distritais, o que por sua vez representava uma considerável economia (Santos, 1999, p. 189).

Entendeu o regime que a natureza militar era a melhor forma de organizar e disciplinar este tipo de instituição vocacionada para a segurança, sendo os Comandantes-Gerais nomeados entre Coronéis ou Generais do Exército, ficando esta força subordinada em tempo de paz, ao Ministro do Interior, e em tempo de guerra, ao Ministro da Guerra, tal como ainda acontece atualmente com as devidas adaptações (Andrade, 2011, p. 50).

Era intenção do regime republicano extinguir os corpos policiais nos distritos, sendo os mesmos substituídos pela GNR⁵, mas o país vivia uma situação de instabilidade política em virtude das forças monárquicas quererem repor a monarquia. A estratégia de implantação foi alterada, mantendo-se a GNR mais concentrada nas grandes cidades, principalmente em Lisboa, demorando mais tempo a ocupar a quadrícula nacional (Santos, 1999, p.191).

Conclusões

Com o presente trabalho pretendeu-se estudar as evoluções das principais polícias em Portugal durante o período da monarquia até à primeira República, com especial destaque para a criação da GNR.

A Guarda Real de Polícia de Lisboa e, posteriormente, a do Porto, surgiram como uma adaptação do Estado às primeiras manifestações da sociedade de massas. Foram uma resposta à existência de grupos organizados

⁵ Cf. Art.º 81º e o § único do Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

que punham em causa a ordem pública e a uma nova forma de oposição política violenta.

Desde a criação destas polícias verificaram-se duas vertentes de ação, nomeadamente, a defesa da ordem e a defesa das instituições. Estas vertentes de ação variaram com o tempo, pois a predominância da defesa da ordem ou da defesa das instituições dependeu da estabilidade do regime político que as criou, quando o regime estava confiante e estável privilegiava-se a primeira, quando estava instável e fraco sobrepunha-se a segunda.

Na transição da monarquia absoluta para a monarquia constitucional no período compreendido entre 1834 e 1835, foram criadas as Guardas Municipais de Lisboa e do Porto. A ação dos municípios e das Guardas Municipais pretendiam contribuir para a descentralização da ação tradicionalmente conservadora e centralizadora dos monarcas absolutos, contudo, o exemplo da criação destas Guardas, pouco se repetiram com sucesso noutros municípios ou concelhos. A matriz militar destas Guardas e a ação centralizadora do Estado, acabariam por vir a acentuar-se até 1910, sendo cada vez mais direcionadas para a defesa do regime e das suas instituições.

Por sua vez, na transição da monarquia para a República foram criadas a Guarda Republicana em 1910 e um ano depois a GNR, a qual manteve na essência a fórmula das Guardas suas antecessoras, sendo a primeira força organizada para atuar em todo o território nacional, com a missão de velar pela segurança e liberdade dos cidadãos e guardar os edifícios públicos. Esta força de segurança sofreu diversas alterações, tanto na sua estrutura como nas missões a desempenhar, embora tenha mantido o cariz militar até à atualidade.

Referências Bibliográficas

Andrade, N., coord., 2011. *100 Anos - Guarda Nacional Republicana [1911-2011]*.

Lisboa: Guerra e Paz, Editores S.A.

Arquivo Histórico da GNR, s.d. *Das Guardas Reais da Polícia às Guardas Municipais*. [Em linha]. Lisboa. Disponível em:

<http://www.arquivomuseugnr.pt/entrada>, [Consult. 6 fev. 2014].

Arquivo Histórico do Exército, s.d. *Comando Geral das Guardas Municipais*. [Em linha]. Lisboa. Disponível em:

<http://arqhist.exercito.pt/details?id=41050>, [Consult. 6 fev. 2014].

Caeiro, J. M. C., 1997. *Os militares no poder*. 1ª ed. Lisboa: Hugin Editores, Lda.

- Cerezales, DP, 2011. *Portugal à Coronhada: Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Fundação Mário Soares, 2008. *28 de Janeiro de 1908 - Apontamentos indispensáveis se eu morrer*. [Em linha]. Disponível em: www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier09/, [Consult. 11 fev. 2014].
- Infopédia, 2003-2014. *Implantação da República*. [Em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$implantacao-da-republica](http://www.infopedia.pt/$implantacao-da-republica), [Consult. 6 fev. 2014].
- Martins, R, s.d. *O regicídio*. [Imagem eletrónica]. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier09/>, [Consult. 11 fev. 2014].
- Ministério do Interior, 1911. *Decreto com força de lei de 3 de maio, organizando um corpo especial de tropas, denominado Guarda Nacional Republicana, para velar pela segurança pública em todo o país*. (Decreto n.º 103 de 4 de maio). Lisboa: Diário do Governo.
- Museu da Presidência da República, 1910. *José Relvas na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, 1910*. [Imagem eletrónica]. Disponível em: <http://www.museu.presidencia.pt/ecard.php?id=3>, [Consult. 10 fev. 2014].
- Rodrigues, L. A. F., 1949. *A Guarda Real de Polícia. Esboço Histórico*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Santos, APR., 1999. *O Estado e a Ordem Pública: As Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Victor, J, 1804. *Modelos dos uniformes de infantaria e cavalaria da Guarda Real de Polícia de Lisboa*. [Fotografia]. Lisboa: Museu da GNR.

A (RE)ESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA. ASPETOS LEGISLATIVOS. O REGULAMENTO DE DISCIPLINA MILITAR DE 1913

Diocleciano Manuel Branco Baptista

Primeiro-tenente Técnico Superior Naval - Jurista

Aluno do CPOS-M 2013-14

Instituto de Estudos Superiores Militares

Lisboa, Portugal

branco.batista@marinha.pt

“ (...) para o organismo, a organização é um fato;
enquanto para a sociedade é uma questão”.

(Canguilhem, 1999, p. 169)

“Relativamente à lei, não é menos importante o subtil
trabalho interpretativo que se desenvolveu acerca dela,
nem deve ser descurada a forma como gerações no
curso do tempo, nos transmitiram a sua recordação.”

(Bretone, 1998, p. 16)

Pertence a Fernand Braudel a ideia de que a «estrutura», entendida como uma "*organisation, une cohérence, des rapports assez fixes entre réalités et masses sociales*" [organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais] na ciência histórica "*est sans doute assemblage, architecture, mais plus encore une réalité que le temps use mal et véhicule très longuement*" [é, sem dúvida, montagem, arquitetura, mas ainda mais uma realidade que o tempo usa mal e veicula longamente.].

Deste modo, "*certaines structures, à vivre longtemps, deviennent des éléments stables d'une infinité de générations: elles encombrant l'histoire, en gênent, donc en commandent l'écoulement.*" [Deste modo, certas estruturas, no caso de viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de inúmeras gerações: elas invadem a história, incomodam, logo comandam a sua expansão.] (Braudel, 1958, p. 731).

Por sua vez, esta ideia de que a *longa duração* de certas estruturas suporta o viver das gerações, parece ir ao encontro da ideia similar de Maurice Mandelbaum quando este afirma que “ (...) não é possível compreenderem-se as ações dos seres humanos sem se partir do princípio de que há um conjunto de

factos – a que chamarei «factos societários» – que são tão definitivos como os factos que têm carácter «psicológico». Quando falo de «factos societários» refiro-me a quaisquer factos que dizem respeito às formas de organização presentes numa sociedade” (Gardiner, 1984, p. 591).

«Estruturas» e «factos societários» podem assim encontrar-se como elementos de análise da realidade e permitir também por isso a análise histórica nas suas vertentes militar e jurídica.

Ora, a Disciplina Militar não sendo em si própria, imediatamente, um facto jurídico, antes facto de natureza ética e social, não deixa porém de se constituir enquanto tal, «facto societário» e «estrutura».

O Regulamento de Disciplina Militar do Exército de 1913, pelo que a seguir se explanará, julga-se constituir uma manifestação exemplar deste tipo de estrutura, pelo eco que o mesmo ainda projetou nos regulamentos de disciplina militar que vigoraram durante o Estado Novo e nos pós 25 de abril.

Afigura-se assim que não será errado, neste contexto, entender que parte da História das Instituições e do Direito Militar constituem parcela do acervo deste tipo de estruturas de longa duração, quer pelo seu carácter simbólico, quer pela própria importância que os instrumentos jurídicos e administrativos revestem enquanto meios de conformação da vida em sociedade.

O contexto histórico-político

Segundo a tese de Bruno José Navarro Marçal “*ao sucesso da implantação da República em Portugal não foi alheia a passividade generalizada da oficialidade do Exército, decorrente porventura da apatia profissional da classe, durante os últimos anos da Monarquia*”, (Marçal, 2010, p. 31).

Porém as preocupações com o uso e destino do *instrumento militar* não eram alheios aos revolucionários Republicanos uma vez que logo “*a 17 de Outubro [de 1910] foi nomeada uma comissão para estudar a reorganização do Exército e outra para estudar a instituição da instrução militar preparatória. Os grandes princípios republicanos sobre a organização eram os seguintes: exército miliciano em vez de exército profissional, corolário da ideia de exército como nação em armas concretizada através do serviço militar obrigatório. O Governo Provisório adoptou-os sob a forma de compromisso: criação de um corpo miliciano e manutenção de um corpo permanente de razoável dimensão.*” (Serra & Henriques, 1997, p. 8).

Na verdade, existiam claras preocupações com estas matérias que se enquadravam num quadro mais vasto.

A República não podia deixar de se preocupar com a Instituição Militar uma vez que se pretendia, segundo os ideais republicanos, como adiante se verá, a modificação das estruturas então existentes, consideradas obsoletas.

Na síntese do Tenente-Coronel Abílio Augusto Pires Lousada, a par da laicização do Estado, da liberalização, da alfabetização da sociedade, do desenvolvimento económico do País, o regime Republicano procura “[r]elativamente à política externa, [consagrar] a defesa da individualidade portuguesa no contexto ibérico, [definir] a manutenção da soberania das colónias africanas, [relevar] a importância de preservar a aliança britânica e a vontade em credibilizar a República nos fora internacionais. Verificando-se que “[n]este âmbito, o Exército, naturalmente, mantém as prerrogativas de braço armado da Nação e, (...) reorganiza a sua estrutura militar em moldes republicanos. Competem-lhe, fundamentalmente, três missões: assegurar a soberania nacional; garantir a pacificação, a ordem e paz públicas nos territórios ultramarinos; apoiar a política externa do Estado. (Lousada, 2010, p. 1).

De facto e de acordo com o Vice-almirante António Silva Ribeiro: “Em 1911, na sequência da implantação da República em 5 de Outubro do ano transato, verificou-se uma importante atividade legislativa na maioria dos sectores do Estado. Em âmbito militar, as reformas consistiram na constituição de um exército miliciano, na preparação para a guerra em África e na definição de uma nova organização territorial para o Exército, como consequência da evolução das doutrinas militares. Também [se] restabeleceu a equidade doutrinária e funcional entre o Exército e a Marinha.” (Ribeiro, 2004, p. 115).

Assim, sob a direção do maçónico Ministro da Guerra, Correia Barreto, que viria a ser General em 1914, o governo republicano faz sair logo em 1911 dois importantes diplomas que visam reorganizar o exército (Telo, 1980, pp. 125,126)⁶.

Em 2 de março de 1911 em diário do governo de 10 de março do mesmo ano (n.º 56), o Governo Provisório da República aprova um decreto com força de lei organizando os serviços de recrutamento para o exército.

⁶ Para um sintético e descritivo panorama veja-se: <http://www.exercito.pt/EP/Paginas/historial/16.aspx>.

A 26 de maio de 1911, através de novo decreto com força de lei publicado no diário do governo n.º 122 com a mesma data, o Governo decreta o fim do exército profissional e permanente e apresenta a organização da *nação em armas*, com tropas ativas, de reserva e territoriais (art.º 2.º deste último diploma), com um serviço militar obrigatório de 15 a 30 semanas nas fileiras (art.º 388.º *idem*) e um sistema de oficiais milicianos, afirmando-se no seu preâmbulo que “os exércitos permanentes são instituições liquidadas” – expressão já usada no preâmbulo da lei de recrutamento citada –, e que “d’ora a avante os exércitos não podem ser propriedade exclusiva dos militares profissionais”, pelo que, “era indispensável que uma revolução, purificando o ambiente, estabelecesse novas correntes de um ensinamento fecundo e convertesse este belo país num terreno propício à floração dos mais nobres ideais, ao amplo e claro desabrochar dos mais altos estímulos de progresso, reintegrando-o no lugar honroso que Portugal já ocupara ao lado dos povos civilizados, e de onde o obscurantismo e a opressão o haviam afastado”.

Com esta reforma visa-se instituir um exército miliciano, encarregue da *Defesa Nacional* - art.º 53.º da Constituição da República de 1911 (Miranda, 1997, p. 284).

Este conceito de *Defesa Nacional* é novo na terminologia jurídica portuguesa ao nível das formulações constitucionais. No entanto o conceito subjacente à fórmula *nação em armas*, admitindo um conceito de *nação* onde existe uma “*força militar permanente*”, já estava vertido em formulação constitucional anterior – veja-se o art.º 171.º da Constituição de 1822.

Na verdade, da articulação do contexto destes dois diplomas resulta ter sido criada uma “*instrução preparatória*” aos 17 anos, com incorporação no exército aos 20 anos, com 3 escalões etários (dos 20 ao 30 anos – ativos; dos 31 aos 40 – reservistas; dos 41 aos 45 – territoriais) (Telo, 1980, p. 127). Ficou estipulada a abertura de uma “*Escola de Quadros*” para a formação de Oficiais Milicianos.

O contexto militar do período caracteriza-se por uma gestão do pessoal que Medeiros Ferreira caracteriza por «dinâmica», e que se traduz num crescimento do número de oficiais (Ferreira, 1992, p. 45).

Esta reforma alterou a origem dos indivíduos mobilizados, ao obrigar a prestação do serviço militar às camadas sociais urbanas médias e baixas, principalmente no que se refere à cidade de Lisboa e Porto, pretendendo-se

modificar as mentalidades dos oficiais através do ensino de Ciências Sociais (Telo, 1980, p. 128).

No entanto, *“a República é um regime assente na violência: resultou de um golpe civil-militar e não de uma votação maioritária ou de um movimento nacional unânime e pacífico; seja esta origem golpista, seja a exclusão dos monárquicos da Assembleia Constituinte, elas legitimam as «incursões monárquicas» que obrigam o governo a apelar à instituição castrense para manter a ordem pública. Este apelo será renovado até ao 28 de Maio de 1926. Depois de 1913 a intervenção militar não só defende o regime mas também dirime as contendas partidárias republicanas e a então chamada «questão social», isto é, a questão do poder na unidade produtiva e da repartição dos frutos da actividade económica entre o capital e o trabalho.”* (Matos, 2012, p. 618).

Neste contexto de agitação política o capitão de Artilharia Sousa A.F. Martins em editoriais da *Revista Militar* de maio e março de 1912 afirma que: *“a disciplina, para se adaptar os progressos das armas, deve tornar-se menos servil, menos maquinal do que antigamente e mais voluntária, mais individualista, mais espontânea, mais nacional, numa palavra mais democrática; porque o que é a democracia senão a harmonia de todas as atividades, dentro da liberdade, pelo saber e pela livre dedicação de cada um para o bem público?”* – citado por Medeiros Ferreira (Ferreira, 1992, pp. 45-47).

Em 1913 atinge-se um dos pontos altos da permanente agitação política que se vivia. O herói da Revolução Republicana, o Comissário Naval Machado dos Santos, tenta derrubar a 27 de abril o governo de Afonso Costa; a 7 de julho regista-se a existência de tentativas de assalto ao quartel de Marinheiros; a 20 de julho ainda desse ano, verifica-se uma revolta monárquica com tentativa de assalto a vários quartéis em Lisboa. (Rodrigues, et al., 1996, p. 275).

É neste clima que as reformas militares são levadas a cabo e que sai no Diário do Governo n.º 113 de 16 e maio de 1913, em «Ordem do Exército» o *Regulamento de Disciplina Militar do Exército*.

Apesar da agitação e de todo o esforço político com a criação deste e doutros instrumentos legais, para ultrapassar a constante agitação política e social e pacificar as Forças Armadas, conforme melhor explicita António José Telo, a 1.^a República não conseguiu formar um exército da sua confiança *“temendo simultaneamente o corpo de oficiais conservadores e a criação de*

umas forças armadas radicais procurando conciliar com ambos” (Telo, 1980, p. 141), e acabaria por soçobrar com outra Revolta Militar em 28 de maio de 1926.

Valor jurídico

O RDM do Exército de 1913 apesar de publicado, como já se referiu, num contexto histórico conturbado não perdeu interesse para a Instituição Militar também de um ponto de vista estritamente jurídico.

Note-se que o pensamento nele vertido, enquanto solução regulamentar de conformação da *práxis* militar quotidiana, serviu de base à criação do primeiro Regulamento de Disciplina Militar (RDM) em 1925 – já aplicável ao Exército e à Marinha –; sem nunca ter vindo a ser alterado quanto a aspetos centrais da sua estruturação, uma vez que, já enquanto RDM único, embora tenha sofrido alterações em 1929 e 10 adaptações entre essa data e 1965 (sendo a 1ª de 1943), a *ratio iuris* que o animava nunca foi posta em causa.

Julga-se deste modo que o seu valor é importante.

Assim se entende porquanto, surgindo ele enquadrado na esteira e continuidade do movimento jurídico mais geral e mais antigo da «codificação», onde além do aperfeiçoamento do direito também se visa ajudar a construir uma ordem social racional; e onde “*o Estado através do poder legislativo, passa a observar a criação do direito, introduzindo profundas alterações no papel até aí desempenhado pelos juristas.*” (Marques, 2003, p. 7). Este instrumento regulamentar assumirá na Instituição Militar, constante inspiração para diferentes gerações, constituindo, mais que um valor heurístico, um valor hermenêutico.

De facto, constituindo a Condição Militar uma constante ética que se assume como um *normativismo ético jurídico* (Otero, 2007, p. 769) melhor se pode avaliar aquele diploma enquanto *estrutura modelo*.

Por um lado, porque a sua formulação, muito ao espírito positivista da época, onde se procura no direito posto em vigor, a ideia de sistema – de inspiração Kantiana e Iluminista (Otero, 2007, p. 204) – pôde servir, no contexto da supremacia da Lei Republicana, ao conteúdo volitivo legitimamente estabelecido pelo Estado (Marques, 2003, p. 14).

Por outro, porque a configuração do diploma ao assumir uma inspiração e forma «moderna», enquanto «sistema» e ou «subsistema» jurídico (Otero, 2007, p. 222), constitui o primeiro exemplo de regulação na Instituição Militar do que

hoje chamamos *Condição Militar*, com uma dupla valência: enuncia as normas que definem tal condição; permite a sua aplicação sob a unidade de um determinado sentido.

Este facto possibilita que o “*sistema normativo*” que o RDM contém, surja como elemento de interpretação sistemática e teleológica das normas a aplicar (Neves, 1995, p. 18), (Otero, 2007, pp. 209, 213, 216) e assim pode reforçar e facilitar a sua aplicação.

Na verdade, quer do ponto de vista da ideologia jurídica mais geral que lhe está subjacente, quer do ponto de vista de uma análise jurídica “antropológica” que lhe é inerente, o RDM do Exército de 1913, que em 1925 viria a assumir a função de RDM único, mostra-se um caso paradigmático do entendimento da disciplina militar capaz de se projetar ainda na atualidade.

Em primeiro lugar e enquanto produto da ideologia positivista Republicana que lhe é subjacente (Maltez, 1996, pp. 603, 604), onde campeia o «respeito pela lei» e pela «estabilização política», na esteira do positivismo sociológico de Littré, (Hespanha, 1982, pp. 796, 800), (Hespanha, 1997, p. 212), o RDM de 1913 não vinca só a indissociabilidade dos direitos fundamentais da moralidade republicana (Canotilho, 2004, p. 34); o RDM de 1913 configura direitos e deveres para os militares sob uma conceção jurídica ainda em vigor que é *a da reciprocidade de deveres entre a coletividade e o individuo* [o militar] (Canotilho, 2004, p. 20).

Em segundo lugar, e já do ponto de vista técnico jurídico, o RDM de 1913 elenca com precisão e sem ambiguidades, definições e conceitos sobre o exercício do viver disciplinar militar abarcando uma conceção do *militar* como *sujeito em construção e constante aperfeiçoamento*; tudo assente numa formulação normativa de deveres com uma casuística complexa mas harmonizada, consistente e congruente.

O RDM assenta numa conceção de *disciplina* que como conjunto articulado de práticas preenche o conceito de *institucional fact* (Broekman, 1993, p. 80), isto é, enquanto *facto criado pela intervenção humana* e que pode descrever-se como “*jogo moderno das coerções sobre os corpos, os gestos, os comportamentos*” (Foucault, 1997, p. 170), mas concomitantemente, na sua dimensão adjetivada e com expressão jurídica (como *disciplina militar*) assenta numa “*subjetividade*” que propugna aos destinatários das normas um duplo efeito:

a) A definição de uma *personalidade jurídica modelo* através de um núcleo normativo abstrato a que se podem associar consequências jurídicas e descrever pressupostos de atuação; b) A regulamentação de *atributos* dessa personalidade jurídica modelo *enquanto posse de um status e de bens jurídicos definidos*. (Broekman, 1993, pp. 90, 91).

Será este núcleo que virá a configurar a noção de «condição militar» enquanto solução legal positivada no direito português.

Em síntese, a organização dos deveres do RDM de 1913 assume não só um valor dispositivo, isto é de organização da matéria jurídica sob uma determinada técnica uma determinada *dispositio*.

Assume e assume-se com igual pertinência e pertinácia como um valor hermenêutico para a formação e manifestação da vontade dos aplicadores do regulamento.

Deste modo permitiu e permite que assuma por si só um certo valor transgeracional como solução de continuidade da Instituição Militar, que escapa às variações ideológicas das épocas sob que se projeta, pois definiu e define juridicamente um *modo de vida* sob o enfoque da sua constituição interna e não de uma qualquer putativa instrumentalidade governamental.

No caso concreto, este valor é expresso exatamente na definição do núcleo de deveres militares a cumprir – art.º 4.º do RDM do Exército de 1913 que elenca 49 (!) deveres militares diferenciados e sucintamente detalhados – sob a orientação das regras fundamentais da “instituição armada” expressas nos cinco parágrafos do art.º 2.º do regulamento, onde o parágrafo 5.º expressa que “a disciplina obtêm-se, sobretudo, pela convicção da missão a cumprir (...)”.

É este o núcleo que constituirá, com maior ou menos extensão, a *matéria* dos deveres Militares em Portugal no Século XX.

Em 1925, já na vigência do RDM (aplicável ao Exército e à Marinha) os deveres em causa passam a 50 e em 1929 a 51. A norma referida do parágrafo 5.º desaparece em 1925, mas reaparece em 1929, já na Ditadura Militar.

São estes deveres, na sua essência, os que ainda se encontram em vigor, decrescendo apenas o seu número no contexto do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e da Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de julho, que aprovou e colocou em vigor o atual RDM.

Por isso, na revisão promulgada a 9 de abril desse ano, ao Decreto-lei n.º 142/77, no RDM pós-25 de abril, ainda se refere que: “A *disciplina militar*,

conforme dispunha o artigo 1.º do Regulamento Disciplinar de 2 de Maio de 1913, «é o laço moral que liga entre si os diversos graus da hierarquia militar; nasce da dedicação pelo dever e consiste na escrita e pontual observância das leis e regulamentos militares».”

Este é portanto o principal núcleo estrutural de longa duração sobre o qual se manifesta o normativismo ético referido, matéria sobre a qual se funda a *relação especial de poder* a que se encontram sujeitos os Militares (Moncada, 1997).

Referências Bibliográficas

- Braudel, F., 1958. *La longue durée. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 13e année, pp. 725-753..
- Bretone, M., 1998. *História do Direito Romano*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- Broekman, J. M., 1993. *Derecho y Antropología*. 1ª ed. Madrid: Editorial Civitas S.A..
- Canguilhem, G., 1999. *A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas*. 3.ª ed. Petrópolis:: Vozes.
- Canotilho, J. J. G., 2004. O círculo e a linha. Da «liberdade dos antigos» à «liberdade dos modernos» na teoria republicana dos direitos fundamentais.. In: E. Coimbra, ed. *Estudos sobre direitos fundamentais*. Coimbra: Editora Coimbra, pp. 7-34.
- Ferreira, J. M., 1992. *O comportamento político dos militares, Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- Foucault, M., 1997. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1997. 1.ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Gardiner, P., 1984. *Teorias da História*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hespanha, A. M., 1982. Historiografia jurídica e política do direito (Portugal, 1900-50). *Análise Social, XVIII(72-73-74)* 3.º-4.º-5.º, pp. 795-812.
- Hespanha, A. M., 1997. *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia*. 1.ª ed. Lisboa: Publicação Europa-América.
- Lousada, T. A. A. P., 2010. *A Força Militar no Período de Transição do Regime Político (1910) - O Exército Português no Período de Transição*. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.

- Maltez, J. A., 1996. *Prinípios de Ciência Política II Volume - O problema do Direito*. 1.^a ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Marçal, B. J. N., 2010. *Governo de Pimenta de Castro um General no Labirinto da I República*. Tese de Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Universidade de Lisboa.
- Marques, M. R., 2003. *Codificação e paradigmas da modernidade*. 1.^a ed. Coimbra: Coimbra.
- Matos, L. S. d., 2012. *Historia Constitucional*. 1.^a ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid.
- Miranda, J., 1997. *As Constituições Portuguesas, de 1822 ao texto atual da Constituição*. 4.^a ed. Lisboa: Livraria Petrony, Lda.
- Moncada, L. C. d., 1997. *As relações especiais de poder no direito português*. Lisboa: SPB-Editores e Livreiros Lda.
- Neves, A. C., 1995. *Quadro das principais perspetivas actuais de compreensão da juridicidade, na sua projecção metodológica*. Coimbra: FDUC.
- Otero, P., 2007. *Legalidade e Administração Pública*. Reimpressão ed. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, A. S., 2004. *Organização Superior de Defesa Nacional*. 1.^a ed. Lisboa: Prefácio.
- Ribeiro, M. T. d. M., 1996. *O princípio da imparcialidade da Administração Pública*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, A. S. et al., 1996. *História de Portugal em datas*. 1.^a ed. Lisboa: Temas e Debates.
- Serra, J. B. & Henriques, c. P., 1997. *Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo*. Catálogo Exposição Portugal-Frankfurt ed. s.l.: s.n.
- Telo, A. J., 1980. *Decadência e queda da I República Portuguesa, 1.º Volume*. 1.^a ed. Lisboa: A regra do jogo.

PRIMÓRDIOS DA AVIAÇÃO MILITAR EM PORTUGAL

António Pedro Ribeiro Boaventura e Silva
Major Engenheiro Eletrotécnico – Ramo Aviónica
Aluno do CPOS-FA 2013-14
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
apsilva.emfa@gmail.com

As primeiras tentativas da conquista dos céus em Portugal devem-se, em parte, a iniciativas de militares e das Forças Armadas, cujas façanhas atraíram multidões que testemunharam este fenómeno com entusiasmo. Para além das efemérides e das viagens aéreas pelo mundo, interessa explicitar o processo que levou ao nascimento e afirmação da aviação militar no contexto da aviação nacional. Este texto aborda essa evolução, durante o primeiro quartel do século XX, findo o qual, estava estabelecida a Direção de Serviços de Aeronáutica Naval e a Arma de Aeronáutica Militar como manifestações da relevância da aeronáutica nos dois ramos das Forças Armadas.

Antecedentes

Desde Ícaro que o homem tem um fascínio pelos céus e deseja a sua conquista. Fruto do estudo e da experimentação é reclamada à história da aviação um elevado número de primeiros voos. Entre eles o primeiro voo do aeróstato, mais leve que o ar, não tripulado, do Padre Bartolomeu Gusmão, em 1708 (Mateus, 1997, p. 17) e Alberto Santos-Dumont, que voou um aeroplano, mais pesado que o ar, sem ser catapultado, em 1906 (Lopes, 1989, p. 13). Porém, é o voo dos irmãos Wright, a 17 de dezembro de 1903, que marca o primeiro voo “mais pesado que o ar” (Cardoso, s.d.a., pp. 63-65).

Portugal só testemunha o primeiro ensaio passados seis anos, no Hipódromo de Belém, a 17 de outubro 1909, pelo francês Armand Zipffel. Porém o pulo de 200 metros e subsequente queda não convenceram o público. Seria Julien Mamet, no mesmo recinto, que a 27 de abril de 1910¹ viria “a

¹ Segundo Lopes (1989, p. 13) este voo terá decorrido a 21 de abril. Porém Mateus (1997, p. 26) transcreve do Boletim do Aero Club de Portugal que “no dia 27 realizou Mamet as suas experiências; depois de fazer 3 voos pequenos...”, informando ainda que Julien era francesa. Por seu lado Edgar Cardoso (s.d.a., p. 129) refere que a 27 de abril ocorreu um voo com a mesma descrição de Lopes e constata-se, por fotografias, que Julien é com certeza francês, detentor de um farto bigode. As restantes obras consultadas referem o nome de Julien Mamet ou citam Cardoso ou não prestam esclarecimento da data e se foi um ou vários voos. Neste texto defende-se a data de 27 de abril devido ao cruzamento das fontes apresentadas.

impressionar favoravelmente a assistência”, ao “sobrevoar o rio Tejo a 50 metros de altitude” (Cardoso, s.d.a., p. 129).

Estes eventos tiveram o apoio do Aero Clube de Portugal, que intercedeu junto do Ministério da Guerra para que o Hipódromo fosse adaptado a aeródromo (Lopes, 1989, p. 13). “É ao Aero Clube de Portugal fundado em Dezembro de 1909, por pouco mais que de três dezenas de sócios, quase todos oficiais de Engenharia, que se ficou a dever o despertar da aviação portuguesa” (Mateus, 1997, p. 21).

No meio militar, o interesse pelo ar constata-se no Regulamento da Escola Prática de Engenharia, que em 1886 previa a instrução em aerostação militar. Porém, devido a diversos revezes só em 1907 se viria a realizar, em condições muito benignas, ascensões em balão cativo. Este processo incluiu deslocações ao estrangeiro para conhecer as evoluções tecnologias emergentes (Cardoso, s.d.a., pp. 105-106).

No início de 1910 surgiu uma iniciativa nacional de projeto e produção de um aeroplano. João da Mata Camacho Pina Gouveia, com o apoio do Ministro da Marinha e mais tarde com o apoio do Ministério da Guerra, construiu o seu aeroplano. O projeto terminou infelizmente em ruína, em 1912, devido a diversas avarias graves que o condenaram (Mateus, 1997, pp. 21-24).

Estes exemplos, embora com resultados humildes, mostram que houve atenção e ação por parte dos militares relativamente às oportunidades da utilização do ar.

Nascimento da Aviação Militar em Portugal

No plano internacional, em 1912, a aeronáutica militar estava em franco desenvolvimento e a deixar em atraso os portugueses. Segundo Cardoso, foi neste contexto que foi aprovado o Projeto de Lei que criava o Instituto Militar da Aviação Portuguesa (s.d.a., pp. 141-163). A iniciativa causou alguma polémica sobre o âmbito e utilidade a que se propunha e foi nomeada uma Comissão de Aeronáutica Militar para se pronunciar.

Os relatórios da Comissão apresentaram, de forma criteriosa, as capacidades e limitações do vetor aéreo. No relatório oficial de 23 novembro de 1912, defendia-se que só com uma escola com as valências teóricas e práticas, que formasse pilotos, maquinistas e observadores aeronautas, se poderia tirar partido das dispendiosas aeronaves que se pretendiam adquirir. Nele se

descreve a estrutura orgânica e as características das aeronaves dedicadas à formação, tendo em atenção a vocação conjunta da escola, que nas margens do rio Tejo², deveria acomodar a formação mista de pilotos, com a Secção Naval habilitada a ministrar cursos em hidroaeroplanos.

“Finalmente, em 14 de Maio (de 1914) foi publicada no «Diário do Governo» a lei criando a Escola” de Aeronáutica Militar (EAM) que é “por consequência o registo de nascimento, a certidão oficial da Aviação Militar em Portugal.” (Cardoso, s.d.a., pp. 190-191).

Os onze instrutores da futura escola foram formados no estrangeiro (entre eles o 1º Tenente Sacadura Cabral), tendo esta sido erigida em Vila Nova da Rainha, dispondo de quatro aeronaves ao iniciar o primeiro curso. Este foi ministrado a catorze oficiais e iniciou-se em Outubro de 1916, já com Portugal beligerante na Primeira Guerra Mundial (Pacheco, 2002, pp. 11-12), (Barata, 2003, p. 377).

A Direção dos Serviços de Aeronáutica Naval

Após a declaração de guerra da Alemanha, no dia 9 de Março de 1916, iniciaram-se as pressões bélicas nos vários territórios portugueses. A Armada necessitava de vigiar e defender a costa marítima, em especial contra a ameaça submarina (Tadeu, 1984, p. 90). Tal especificidade motivou-a a autonomizar-se na questão aérea e Sacadura Cabral, regressado de França em setembro, com o seu brevet e especialização³, seria convidado a montar um centro de hidroaviões. Contra a sua recomendação, foi escolhida a doca do Bom Sucesso e iniciou-se a seleção e formação de pessoal de Marinha na EAM (Tadeu, 1984, pp. 91-92).

Já em 1917, pelo decreto nº. 3395, de 28 de setembro, foi criado o Serviço de Aviação da Armada e escola de aviação anexa (Cardoso, s.d.b., pp. 133-134), que com o apoio da França, garantiram a vigilância costeira a partir de três centros. Os franceses assumiam o centro Norte, em São Jacinto, e a Marinha Portuguesa o Centro, a partir da doca do Bom Sucesso e Sul, com base próxima de Faro. Com o evoluir do conflito, deu-se o emprego operacional dos hidroaviões em combate (Cardoso, s.d.b., pp. 135-136).

² O art.º 2.º do Projeto-lei indica que será construído um aeroporto ou aeródromo nas margens do Tejo, nada referindo sobre a margem sul, como descrito por Pacheco (2002, p. 11), sendo que as opções pendiam, principalmente, entre Alverca e Vila Nova da Rainha.

³ Em hidroaviões.

Em 1918, o decreto n.º. 3743, de 5 janeiro, cria a Direção dos Serviços de Aeronáutica Naval (Cardoso, s.d.b., p. 136). Esta reestruturação dá responsabilidades acrescidas à componente aérea, especifica a constituição e autonomia conferida à Direção, que será mantida até 1935.

Após o armistício, e com a disponibilidade de meios e pilotos deu-se o que Tadeu (1984, p. 36) enunciou como “a psicopatia dos *raids*”. Também Portugal se entregou a esse desafio, tendo Sacadura Cabral tido um papel preponderante na promoção e concretização da travessia do Atlântico Sul, em 1922. Antes dessa travessia realizaram-se as viagens à Madeira. Depois seguiu-se um número considerável de façanhas, dignas de registo internacional pelos heróis dos dois serviços: Militar e Naval, descritos nas Viagens Aeronáuticas dos Portugueses (Freitas, 1997, p. 56) nas quais, separadamente, ambos evoluíram e se consolidaram.

A Arma de Aeronáutica Militar

Recuando ao Portugal de 1917, a braços com o conflito Europeu estendido aos territórios ultramarinos, entendeu-se constituir a Esquadilha Expedicionária de Moçambique. Três pilotos aviadores, provenientes da EAM e respetivas aeronaves prepararam-se para o primeiro emprego operacional, naquele ano. Porém, não chegaram a tomar parte das operações “devido aos pouco esclarecidos táticos do Estado-Maior da Força Expedicionária, que não souberam tirar partido de tão importante ajuda” (Lopes, 1989, p. 24). Ainda assim foi África que reclamou a primeira baixa aeronáutica militar, o Alferes Jorge Gorgulho, no seu segundo voo naquele continente.

Por seu turno, a contribuição no Corpo Expedicionário Português nos combates na Europa não se concretizou como esperado. Foram mobilizados e enviados cerca de 100 militares, entre pilotos, observadores e mecânicos, para França e Inglaterra, para realizar formação e apoiarem as forças aliadas. Porém, a Inglaterra recuou no fornecimento dos meios aéreos acordados para garantir a constituição da força portuguesa. A alternativa foi incorporar pilotos e respetivos mecânicos em esquadras Francesas. Apenas treze oficiais pilotos, alguns oriundos da EAM, foram empenhados operacionalmente depois de dispersos por várias esquadras. Estes serviram com elevado valor, reconhecido pelas chefias francesas e testemunhadas pelas condecorações obtidas durante

os curtos meses em que puderam participar no esforço de guerra (Cardoso, s.d.a., pp. 242-244).

De entre estes militares, imortalizou-se o heroísmo do capitão Óscar Monteiro Torres que, sobre as linhas inimigas, abateu duas aeronaves alemãs antes de ter sido colhido por outras três, a 19 Novembro de 1917 (Cardoso, s.d.a., p. 203). Menos divulgados são os feitos dos restantes pilotos que acumularam vitórias em centenas de horas de voo em combate, antes de mandados regressar a Portugal. Tal sucedeu por ordem de Sidónio Pais, na sequência da revolução de Dezembro de 1917 (Lopes, 1989, pp. 25-26).

Em Portugal Continental, a Aeronáutica Militar resumia-se à EAM. Com o aproximar do armistício e a experiência obtida na Primeira Guerra foi organizado o Serviço de Aeronáutica, pelo Decreto-Lei nº. 4529 de 29 de junho de 1918. Tal veio instituir seis órgãos independentes entre si (Cardoso, s.d.a., pp. 279-282):

- Direção da Aeronáutica Militar;
- Comissão Técnica da Aeronáutica Militar;
- Escola Militar de Aviação, que se tinha concretizado na Vila Nova da Rainha, e que em 1920 se mudou para Sintra, atual Base Aérea Nº. 1;
- Escola Militar de Aerostação;
- Tropas Aeronáuticas;
- Parque de Aeronáutica Militar⁴.

“A Aeronáutica Militar é organizada a partir de três bases e um centro técnico... O principal agrupamento operacional é o chamado Grupo de Esquadrilhas de Aviação República, que se cria oficialmente na Amadora a 5 de Fevereiro de 1919 (nas atuais instalações da Academia Militar)” (Barata, 2003, p. 395).

Este grupo foi particularmente ativo durante o pós-guerra, de onde partiram muitas das grandes viagens referidas anteriormente. Porém, o episódio de rebeldia dos pilotos, barricando o quartel, não permitindo a entrada de estranhos à aviação, teve um impacto ainda mais marcante. Tal sucedeu em junho de 1924, em resposta ao Decreto-Lei que previa a Direção da Aeronáutica

⁴ É irresistível ao autor (da especialidade engenheiro eletrotécnico (ENGEL) ramo de aviónica) prestar a homenagem ao seu, agora achado, antecessor mais antigo: o primeiro engenheiro aeronáutico português, então Major Pedro Fava Ribeiro de Almeida. Diretor do Parque Aeronáutico Militar que mais tarde se tornaram nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em Alverca (Cardoso, s.d.a., p. 214).

Militar por um Coronel de qualquer Arma. Depois de vários dias os pilotos entregaram-se e ficaram sob prisão, situação que sessa com a queda do governo a 7 de julho, e tomada de posse pelo Comandante Alfredo Gaspar. Este manda encerrar as Unidades de Aviação e regressar os militares às Armas respetivas até reorganização da Aeronáutica Militar (Cardoso, s.d.a., pp. 293-294).

Ainda em 1924, o Decreto-Lei nº 10094 de 16 de setembro eleva ao estatuto de Arma a Aeronáutica Militar (Cardoso, s.d.a., pp. 294-299). Fica assim reconhecido o valor e especificidade da Arma, que se vai manter, com ligeiras alterações, até à formação da Força Aérea.

Conclusões

Apesar de a história lembrar datas e eventos, não existiu uma grande rutura na sequência primeiro voo em Portugal, em 1909 ou 1910. Portugal vinha já a investir tanto no “mais leve” como no “mais pesado que o ar”, com propósitos militares.

De referir o grande profissionalismo e visão da Comissão Militar ao estabelecer a base onde veio a germinar a Aviação Militar, com data de nascimento 14 maio de 1914. A Comissão previu, de forma refletida, toda a estrutura, serviços e preocupações, ainda antes de se ter iniciado a aquisição da primeira aeronave. De realçar a importância atribuída à formação e especialização, bem como ao respeito das diferenças entre os dois ramos, trabalhando de forma conjunta. Tal projeto tornou-se realidade com a Escola de Aeronáutica Militar, em Vila Nova da Rainha, de 1916 a 1920.

A experiência da Primeira Guerra Mundial mostrou diferentes necessidades aos dois Ramos que seguiram caminhos diferentes, nos quais se vieram a consolidar. A Marinha estabeleceu a Direção dos Serviços de Aeronáutica Naval a 5 janeiro de 1918. O Exército elevou a Aeronáutica Militar a Arma em 16 de setembro de 1924.

É muito revelador verificar que a reação dos pilotos da Amadora, em 1924, preconiza argumentos que teoricamente apoiam a criação de uma Força Aérea independente: a chefia por um par, o domínio da especificidade tecnológica e a cultura aeronáutica.

Neste texto, sem desprimor por nenhum outro aviador, foi dada especial ênfase ao percurso de Sacadura Cabral. Tal foi para revelar que a mediática

travessia do Atlântico Sul, envolta em mérito pessoal e tecnológico, foi apenas um episódio, no percurso de um militar que encarnou a causa do ar. Que, como outros, a viveu intensamente desde o início, da formação até ao combate, na defesa de Portugal, num processo que se mostrou atribulado e custoso de vidas. Ao longo deste trabalho, percorreu-se um capítulo da história militar portuguesa, reconhecendo que desde os primórdios da aviação, Portugal, conquistou os céus, por mérito próprio.

Referências Bibliográficas

- Barata, MT, et al. dir., 2003. *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Cardoso, A, 2009. *Aeronaves Militares Portuguesas: Cem Anos de Aviação em Portugal*. Lisboa: Força Aérea Portuguesa.
- Cardoso, E, s.d.a. *História da Força Aérea Portuguesa*, Vol. I. Amadora: Força Aérea Portuguesa.
- Cardoso, E, s.d.b. *História da Força Aérea Portuguesa*, Vol. III. Amadora: Força Aérea Portuguesa.
- Freitas, MCT, Coord., 1997. *Viagens Aeronáuticas dos Portugueses*. Lisboa: Museu do Ar e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Lopes, M et al., 1989. *Os Aviões da Cruz de Cristo: 75 anos da Aviação Militar em Portugal*. Lisboa: Dinalivro.
- Mateus, HH, 1997. *Primórdios dada Aviação em Portugal*. In: Freitas, MCT. *Coord. Viagens Aeronáuticas dos Portugueses*. Lisboa: Museu do ar e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Pacheco, AT, coord., 2002. *Força Aérea: 50 anos*. Lisboa: Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea Portuguesa.
- Tadeu, V, 1984. *Quando a Marinha Tinha Asas*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

**Parte II – A GUERRA: OLHARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO
PORTUGUESA**

O IMPACTO DA MUDANÇA DO ARMAMENTO LIGEIRO DURANTE A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, NA INFANTARIA E NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva
Capitão de Infantaria
Aluno do CPOS-E 2013-14
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
marquesdasilva402@gmail.com

Pretende-se com este trabalho analisar o impacto na Infantaria e subsequentemente no Exército Português, das alterações do armamento aquando da integração das tropas portuguesas no contingente inglês, durante e após a projeção para a Flandres, a fim de participar na Primeira Guerra Mundial (I GM).

Assim, de forma a atingir o objetivo proposto, será feito um breve enquadramento da situação vivida em Portugal antes da entrada na guerra, abordando necessariamente as suas condicionantes para participação no conflito. Posteriormente serão aprofundadas as razões possíveis que poderão ter levado a adoção de determinados recursos e doutrinas, identificando as diversas hipóteses. Esse estudo culminará com algumas conclusões onde se pretende entender o alcance das decisões tomadas pelo poder político da época e o impacto que estas tiveram no universo militar.

Antecedentes e condicionantes inerentes ao empenhamento operacional

A entrada de Portugal na guerra, em 1916, é o resultado (para além da questão colonial e ibérica) da estratégia radical e intervencionista do Partido Democrático e de uma combinação específica entre os fatores de ordem interna e externa expressa no aproveitamento, para objetivos domésticos, da própria conjuntura internacional, onde só uma ameaça externa e uma intervenção militar na guerra em larga escala poderiam justificar o sacrifício de todas as fraturas e fações internas em função do interesse da unidade nacional (Teixeira, 1998). Este autor pretende enaltecer que o interesse português na participação neste conflito europeu residia, essencialmente, em assegurar o prestígio internacional da então jovem república, na manutenção das colónias, em

garantir assento nas negociações no pós-guerra e ainda em distinguir a posição de Portugal em relação à Espanha, assegurando a própria independência.

Assim, importa referir que após a implantação da República em Portugal, vivia-se uma crise político-social e económico-financeira do Estado muito acentuada, materializada por uma desordem social permanente, violência e fome que urgia resolver. Portugal, que desde 1914 lutava contra os Alemães em Angola e Moçambique, pretendia tomar uma parte mais ativa na Guerra de 14-18, ao lado da Inglaterra que, por seu lado, via Portugal como um aliado militar inútil com fraca expressão operacional, traduzida pela incapacidade de defender as suas próprias colónias. Todavia, em 1916, recorrendo à aliança prevista no Tratado de *Windsor*, a Inglaterra pede a Portugal o arresto de todos os navios alemães e austro-húngaros na costa lusitana, ao qual Portugal acede, justificando assim a declaração de guerra por parte da Alemanha que tanto ambicionava (feita a 09 de março de 1916). Após dois anos, durante os quais os ingleses sofreram elevadas baixas, estes acedem em integrar tropas portuguesas no seu contingente (Regalado, 2004).



Figura 1: Os Generais Tamagnini de Abreu e (comandante do CEP), Richard Haking (comandante do 11º Corpo-de-Exército britânico) e Gomes da Costa (comandante da 2ª Divisão portuguesa)

Fonte: Theodoro, 2007.

“Entre agosto e dezembro de 1916 decorreram as negociações militares entre Portugal, Inglaterra e França sobre a forma de integrar as tropas portuguesas no conflito, no que respeita à participação operacional e logística subjacente à mesma. Ficou acertado em janeiro de 1917, que Portugal mobilizaria cerca de 55 000 homens destinados a combater na Flandres, ao lado dos Ingleses, com duas divisões de Infantaria. Após um período de treino de guerra de posição ou de trincheira em Tancos (conhecido como “o milagre de Tancos”), estas divisões sob o comando do General Tamagnini de Abreu, ficaram razoavelmente instruídas, preparadas e equipadas e viriam a ser o núcleo do Corpo Expedicionário Português (CEP), desembarcado em Brest, França a 02 de fevereiro de 1917” (Regalado, 2004, p. 585).

“Ficou ainda acordado que as tropas portuguesas, oficiais, sargentos e praças receberiam instrução complementar em França, incidindo o treino sobre o novo armamento e equipamento distribuído” (Regalado, 2004, p. 585).

Face ao referido anteriormente, a grande questão que se coloca é: porque é que Portugal, sendo um país com larga experiência em conflitos convencionais, presente em dois teatros de operações com guerra efetiva desde o fim do século XIX, necessitaria de apoio logístico tão presente por parte da Inglaterra, e de uma acrescida adaptação e treino a uma nova realidade de conflito?



Figura 2- Tropas portuguesas no treino em França (Marthes)

Fonte: Theodoro, 2007.

Análise da conjuntura militar envolvente à participação portuguesa

Durante o período dito da Regeneração (1851-1890), tiveram lugar em Portugal profundas reformas militares ao nível da organização, doutrina, tática, treino, armamento e equipamento, acompanhando a rápida evolução tecnológica da 2ª metade do século XIX. Apesar da aquisição das espingardas e carabinas *Kropastchek*, em 1886, ter constituído um significativo salto tecnológico, colocando o então reino num dos mais bem armados da Europa e pioneiro no uso de calibre reduzido, esta revelou restrições ao nível operacional, nomeadamente na morosidade que o sistema com carregador tubular tinha face aos carregadores verticais, de depósito fixo ou amovível que permitia maior rapidez de fogo ao soldado (Regalado, 2008). A tentativa de resolução deste problema, e a redução do calibre das armas, constituía no final do século XIX ainda polémica, pelo facto de serem consideradas armas “humanitárias” devido ao reduzido dano que infligia nos inimigos.

Em 1896 foram adquiridas as primeiras armas com carregadores verticais de calibre 6,5 mm (carabina *Manlicher* 6,5 mm m/1896). Estas armas asseguravam grandes trajetórias de tiro tenso, permitindo ao soldado de Infantaria a sua rentabilização sem necessitar de calcular ou estimar distâncias utilizando as alças de pontaria.

Analisando as possibilidades logísticas portuguesas no apoio à projeção da força, verifica-se que Portugal no início do século XX, através da fábrica de Cartuchame e Pólvoras Químicas em Chelas, tinha uma capacidade de fabrico de aproximadamente “60 000 munições/dia para espingardas de infantaria” (Sequeira, 2007). Este facto, aliado à presença militar portuguesa em Angola e Moçambique (num total de 20 000 armas), não constituía impedimento logístico quer ao fornecimento de armamento (6,5 mm) quer ao nível de munições para o CEP (Telo & Álvares, 2004).

As munições de 6,5mm, com poder derrubante reduzido, ajustavam-se na perfeição aos teatros de operações africanos, onde o movimento e manobra eram fator preponderante na conduta das operações, tendo de uma forma geral obtido sucesso no seu emprego. Contudo, a especificidade e as características do conflito na Flandres era de todo distinta, na medida em que o combate era próximo e de posição.

A guerra de trincheiras é caracterizada pela “prisão” da Infantaria ao terreno, motivada pelo volume de fogos causado pelas metralhadoras pesadas.

A elevação do volume de fogos que estas armas então permitiram, transformou significativamente a tática de Infantaria, dando lugar a uma guerra de posições onde o entrincheiramento e as estruturas defensivas impeliram os sistemas de armas para munições com maior poder de penetração. Mudavam assim as premissas que em 1904, haviam levado à escolha por Portugal, do calibre 6,5 mm para as armas de guerra (Regalado, 2004).

Tendo em conta que o fornecimento de armamento e munições para o CEP não constituir restrição à utilização das armas em utilização na altura em Portugal, ao ser adotado outro calibre, ganha força o facto do emprego de uma arma com calibre 6,5 mm, não ser o mais ajustado para um conflito de trincheiras, pelo facto de ser considerada uma excelente *“arma de carreira de tiro, mas péssima arma de guerra”*.

Portugal, no início do século XX, havia adquirido alguns exemplares de metralhadoras, mas apenas as tinha distribuído a unidades de caçadores, sendo apenas um número muito restrito de militares sujeitos a treino integrado das mesmas.

Analisadas as questões logísticas e operacionais da participação portuguesa no conflito, é importante referir que: Portugal não possuía capacidade de produzir e fornecer às suas tropas quer armamento quer munições 7,7 mm, calibre este usado pela Inglaterra; por sua vez, a Inglaterra era incapaz de fornecer o calibre “desajustado” português; era restritivo e de conduta operacional limitada, o uso de diferentes calibres por soldados de infantaria em operações.

Segundo relatos da época, o sentimento existente era de que *“Inglês vêmos que vai ser quasi tudo, com excepção do nosso sangue, das leis e da bandeira. Assim tinha de ser com um Corpo Expedicionário taticamente integrado no grande exército aliado, que já possuía a experiência da guerra moderna e visto que só com o auxílio material e financeiro quasi totalmente emprestado pelos aliados nos podíamos colocar a seu lado”* (Magno, 1921, pp. 44-45). Através do acordo luso-britânico em 1916, foi definido que as duas divisões do CEP a ser projetadas para França, seriam armadas e equipadas exatamente como as tropas Inglesas e seriam instruídas especificamente no uso deste armamento e equipamento, dos quais se destaca como armamento individual (cerca de 40 000), a carabina SMLE *Lee-Enfield Mark III* que tomou a designação portuguesa de Espingarda 7,7 mm m/917. No mesmo contexto,

foram igualmente distribuídas ao CEP, cerca de 300 metralhadoras ligeiras *Lewis*, que podiam ser disparadas sem guarnição, constituindo uma arma individual, imortalizada pelo soldado “Milhões”, que em “*Huit-maisons*”, manobrando sozinho a metralhadora ligeira *Lewis* susteve por algum tempo o avanço alemão, protegendo a retirada de numerosos soldados portugueses e escoceses (Regalado, 2004, pp. 589-590).



Figura 3: Metralhadora ligeira “Lewis”

Fonte: Regalado, 2004.

“Ao romper d’alva, durante aquele quarto d’hora de transição da noite para o dia, rasavam um e outro parapeito, onde algum soldado mais teimoso, continuava a espreitar, uns tirinhos sêcos que o alvejavam e que quasi sempre o atingiam, porque eram apontados por atiradores muito bons denominados snipers...se mexia a cabeça ou mostrava a cara, estava perdido...inventou-se então, um sistema de pagar aos bóches na mesma moeda. Deu-se instrução às metralhadoras...e à hora dos snipers punham-se as metralhadoras a dar tiros rasantes ao parapeito deles... e calavam-se os snipers” (Monteiro & Vieira, 1919, pp. 29-30).

Podemos assim, perceber que foi a metralhadora ligeira (neste caso a metralhadora *Lewis*), que veio introduzir um equilíbrio de fogo e movimento ao campo de batalha e devolver à Infantaria a capacidade de manobrar, de tal forma que, os próprios soldados que utilizavam as metralhadoras ligeiras possuíam no braço esquerdo, uma insígnia própria (duas metralhadoras cruzadas) para os distinguir. Em particular, a metralhadora ligeira *Lewis* reforçou a importância e favoreceu o emprego da Infantaria no campo de batalha, na medida em que podiam ser disparadas sem necessidade de guarnição (facto que até ao momento condicionava de sobremaneira a sua utilização), tendo “revolucionado” um novo conceito de utilização e organização de uma força de Infantaria. Muitas das técnicas, táticas e procedimentos postos

em prática nos nossos dias, tiveram origem em lições apreendidas durante este conflito. Os registos de combates e eventos encontrados na bibliografia utilizada para este trabalho, demonstra que o emprego da metralhadora *Lewis* foi determinante, de tal forma que a mesma era carinhosamente apelidada de “Luisinha” por entre os militares portugueses (Casimiro, 1919).

Conclusões

A razão primordial da adoção do calibre 7,7 mm para o CEP, deveu-se principalmente a questões de ordem logística de apoio do exército inglês, contudo taticamente foi identificado que o calibre em uso por Portugal neste período (6,5 mm) não se ajustava a uma guerra de proximidade como a de trincheiras, mas sim à que era desenvolvida em solo africano.

A inclusão de uma metralhadora ligeira (*Lewis*), como armamento orgânico de uma unidade de Infantaria, veio devolver liberdade de ação às tropas, equilibrando o até então frágil emprego face ao poder de fogo das metralhadoras pesadas.

Durante a I Guerra Mundial consolidou-se, de forma global, a presença e a importância das armas de repetição e das automáticas (metralhadoras ligeiras e pesadas) no teatro de guerra europeu. Findo o conflito, todas as armas vieram para Portugal sendo redistribuídas pelas diversas unidades do Exército metropolitano e colonial, constituindo um fluxo significativo de inovação e renovação do armamento ligeiro, com profundos reflexos ao longo do século XX (Regalado, 2004).

No que respeita à metralhadora *Lewis*, após o término da guerra, não se sabem ao certo o número de armas que regressaram por motivos diversos que vão desde a captura ou uso. No entanto, em 1931, foram contabilizadas ainda 170 ao serviço no Exército Português (143 infantaria e 27 na cavalaria) e, em 1958, era a principal metralhadora em Timor com 30 armas (Telo & Álvares, 2004).

A permutabilidade do conceito de guerra e a sua ímpar capacidade evolutiva, provoca o elemento principal, o soldado, a adaptar-se a diferentes condições, quer sejam estas de ordem tática, doutrinária ou de ajuste ao ambiente operacional. Do decorrer deste grande conflito, foi devolvido o fogo e movimento à manobra da Infantaria e, no contínuo e inalcançável da perfeição tática do soldado de infantaria, identificou-se a importância de dar ao soldado

maior flexibilidade e poder de fogo, desta vez na manobra de assalto às posições na conquista das trincheiras inimigas, que se viria a constatar com o emprego futuro de pistolas-metralhadoras.

Da análise efetuada pode-se pois inferir que a conjuntura que se vivia em Portugal, culminou com o envio de uma força portuguesa para França, nos moldes de uma “aculturação” militar às tropas inglesas, relativamente às táticas, técnicas e procedimentos por parte dessa força. Essa “aculturação”, veio de certa forma, causar um impacto evolutivo assinalável, nomeadamente na modernização e ajustamento militar a uma nova realidade de conflito europeu que se refletiu ao longo de todo o século XX em Portugal, no Exército Português.

Referências Bibliográficas

- Casimiro, A., 1917. *Nas trincheiras da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Magno, D., 1921. *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- Monteiro, Q & Vieira, M., 1919. *“Gambúzios” – Soldados da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora.
- Regalado, J., 2004. *Portugal e os conflitos militares internacionais*. XIV Colóquio de História Militar – Actas Volume II. Lisboa.
- Regalado, J., 2009. *Lusíada*. História nº 5-6. Lisboa.
- Sequeira, T., *Fábrica de Pólvora de Chelas*. [Em linha]. Disponível em: <http://apcm.home.sapo.pt/artigo3a.htm#>, [Consult. 8 mar. 2014].
- Teixeira, Nuno S., 1998. *Portugal e a Guerra- História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri.
- Telo, A. & Álvares, M., 2004. *Armamento do Exército Português – Armamento ligeiro*. Lisboa: Prefácio.
- Theodoro, R., 2007. *O CEP na 1ª Guerra Mundial*. Clube Somnium. [Em linha]. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/mobile/view/7254427>, [Consult. 20 fev. 2014].

O SERVIÇO DE SAÚDE PORTUGUÊS NA GRANDE GUERRA

Carlos Manuel Mendes Duarte

Capitão Técnico de Enfermagem e Diagnóstico e Terapêutica

Aluno do CPOS-E SSTT 2013-14

Instituto de Estudos Superiores Militares

Lisboa, Portugal

cmdduarte@gmail.com

A Grande Guerra representa um acontecimento da maior importância na história mundial. Aquela que viria a ser denominada a Guerra das Guerras, configurou-se como o primeiro conflito bélico à escala mundial e viria a constituir mais de quatro anos de sofrimento para as nações do mundo, particularmente para as que mais diretamente estiveram envolvidas. Também para Portugal, que viria a combater ao lado dos Aliados em França, as repercussões do conflito fizeram-se sentir praticamente a todos os níveis, entre estes, o político, o militar, o económico, o ideológico e o cultural.

De facto, o conflito 1914-18 viria a revelar-se bastante exigente e penoso para o contingente português, não só devido às características dos novos armamentos¹, mas sobretudo, pelas precárias condições sanitárias vividas nas trincheiras, que aliadas à falta de descanso e de rotação das tropas, elevado desgaste físico e psicológico e deficiências ao nível da alimentação e fardamento, implicaram repercussões gravosas no estado de saúde dos expedicionários.

Neste sentido, ganha especial relevância a atuação do Serviço de Saúde na preservação do potencial de combate do Corpo Expedicionário Português (CEP) ao recuperar os indisponíveis para o combate na linha da frente.

Assim, depois de apresentar um breve enquadramento dos antecedentes da guerra, pretende-se com este trabalho descrever, à luz da bibliografia consultada, os aspetos considerados mais relevantes no que respeita à atuação do Serviço de Saúde do CEP na Grande Guerra.

A entrada de Portugal na Guerra

Em 28 de julho de 1914 eclode na Europa a Grande Guerra². Portugal, preocupado sobretudo em defender as colónias ultramarinas dos interesses

¹ Como a metralha, os obuses e as armas químicas.

² Conforme o Decreto n.º 2:938/1917 do Ministério da Guerra esta data marca o início do conflito com a declaração de guerra da Áustria à Sérvia, seguindo-se a declaração de guerra da Alemanha à Rússia.

manifestados por países como a Alemanha e Inglaterra, mantém inicialmente uma posição de neutralidade, embora as opiniões, quer pública quer política, se dividissem quanto às vantagens da participação de Portugal na guerra.

Na opinião de Marques (2002, p. 22), o governo acreditava em grandes benefícios internacionais e nacionais com a participação no conflito. Pretendia-se, tomando parte ao lado dos futuros vencedores, ver adiado o problema nas colónias; consolidar internacionalmente o reconhecimento da jovem república; reforçar as relações luso-britânicas e ganhar uma posição de relevo na Europa. Internamente acreditava-se no reforço da coesão nacional através da mobilização da sociedade num esforço comum, amenizando os antagonismos político-sociais.

A preparação para a Guerra

A declaração de guerra efetuada pela Alemanha a Portugal, a 9 de março de 1916, na sequência da requisição, a pedido da Inglaterra, dos navios alemães fundeados em portos nacionais, colocou um fim na neutralidade portuguesa e veio encontrar um “exército fraco, mal armado e mal treinado” (Fraga, 2007 p. 923) que se encontrava num processo de transformação havia 5 anos, na sequência da implantação da República.

A preparação militar das tropas portuguesas decorreu em Tancos nos meses de maio e junho, tendo sido dada como concluída em 22 de julho de 1916. Este feito passou a ser conhecido como o “*Milagre de Tancos*” (Fraga, 2010, p. 284).

A intensiva instrução militar a que as tropas foram sujeitas teve resultados pouco satisfatórios e inadequados face à guerra que se travava na Flandres. Além do treino desajustado, os longos períodos de descanso contrastavam com os de instrução efetiva, mas sobretudo não foi eficaz na criação de um “espírito de corpo” entre as tropas (Marques 2002, p. 31).

Após um lento e difícil processo de transporte, as tropas seriam ainda submetidas, já em França, a um breve período de instrução antes de ocuparem o seu sector no sul da Flandres.

A organização do Serviço de Saúde

Uma vez instalado o CEP no seu sector, que de acordo com Oliveira (2003, p. 79), nunca excedeu uma frente de 18km, o Serviço de Saúde organizou-se no

terreno de forma a prestar o apoio sanitário às tropas entrincheiradas, em diferentes escalões conforme a gravidade da situação.

Assim, junto à linha da frente estavam situados os Postos de Socorros Avançados (PSA) e os Postos de Socorros (PS). Os primeiros funcionavam em apoio a cada Batalhão envolvido diretamente em combate nas trincheiras. Dispondo de 1 médico, 2 enfermeiros e 4 maqueiros, estas estruturas consistiam, como referido por Martins (1936, p. 24), em abrigos com proteção de aço e antigás e permitiam acomodar um número restrito de doentes e feridos, que após os primeiros socorros eram enviados para os PS.

A evacuação de feridos da frente de combate para os PSA era feita única e exclusivamente pelos maqueiros, sendo *“absolutamente vedado a qualquer outro camarada, sob o pretexto de o transportar para a retaguarda, sair da linha de fogo, onde a sua presença é mais necessária”* (Morgado, 1917, p. 39). De referir que, quando debaixo de fogo, os feridos eram obrigados a esperar várias horas até serem evacuados, o que muitas vezes só acontecia depois de anoitecer. A rotação do pessoal dos PSA deveria fazer-se de seis em seis dias devido às condições potencialmente perigosas e extenuantes física e psicologicamente (Martins, 1936, p. 24).

Os Postos de Socorros, sendo estruturas mais complexas, para Martins (1936, p. 25), consistiam em melhores e mais amplas instalações abrigadas e com proteção antigás³. Dispondo de maior capacidade de que os anteriores davam apoio às brigadas e eram guarnecidos por 2 médicos, 4 enfermeiros e 15 maqueiros. Aqui os doentes e feridos recebiam primeiros socorros mais diferenciados, eram triados e evacuados, conforme a situação, para as Ambulâncias que consistiam em estruturas mais especializadas, dispondo já de capacidade cirúrgica.

Segundo Fraga (2007, p. 940), as Ambulâncias, que se situavam ainda em 1ª linha, mais não eram do que hospitais de campanha. Dispondo de um efetivo de 11 oficiais (7 dos quais médicos) e 221 sargentos e praças, tinham capacidade para internar 150 doentes. As Ambulâncias estavam situadas em Epinette, Vielle Chapelle e Zelobes.

Existiam ainda os chamados Depósitos de Convalescentes, que garantiam o apoio aos militares na situação de convalescença e era assegurado pelos Postos de Socorros dos Batalhões que se encontravam em apoio ou em reserva.

³ Embora mais afastados da linha da frente, estavam dentro do alcance da artilharia alemã.

Numa posição mais recuada, mas ainda vocacionados para apoio aos expedicionários empenhados em combate existiam, conforme Fraga (2007, p. 940-941), os Hospitais de Sangue, que situados em Merville e Saint Venant, tinham o efetivo de 12 oficiais (7 eram médicos dos quais 2 deviam ser cirurgiões) e 90 sargentos em que 6 eram enfermeiros.

Os militares que, pela sua situação, careciam de um internamento mais prolongado eram, como refere Marques (2002, p. 116), transferidos para as instalações da área da retaguarda sendo o transporte assegurado pelos ingleses através dos caminhos-de-ferro ou via fluvial. Assim, neste escalão encontravam-se os chamados Hospitais de Base (HB1 e HB2) e ainda o Hospital Militar Português de Hendaya. De referir que, conforme a situação, os militares portugueses poderiam também receber tratamento em hospitais ingleses ou franceses.

Do sistema sanitário, faziam ainda parte uma Secção de Higiene e Bacteriologia, uma Secção Sanitária do Corpo e uma Secção Sanitária Divisionária (Fraga, 2007, p. 941).

Relativamente aos efetivos podemos encontrar algumas discrepâncias conforme as obras consultadas, contudo os números que se apresentam refletem aqueles que parecem ser os valores mais consensuais.

Assim, constituía o CEP um efetivo de 55.165 militares (Oliveira, 1993, p. 254), dos quais pertenciam ao Serviço de Saúde um total de 380 oficiais médicos, 636 enfermeiros⁴ e 1232 maqueiros (Fraga, 2007, p. 939).

De referir ainda que, de acordo com Oliveira, (1993, p. 254), pertenciam a este efetivo 82 enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa, tendo sido “a primeira vez que no nosso Exército se graduaram mulheres em oficial e se lhes atribuiu a função de tratar feridos e doentes” (Fraga, 2007, p. 939).

A Casuística

Para podermos perceber a dimensão da atividade desenvolvida pelo Serviço de Saúde apresentam-se seguidamente alguns dados estatísticos referentes aos doentes, feridos e mortos.

Marques (2002, p.139) menciona que o número de mortes ocorridas no CEP totalizou 2288⁵, representando 4,15% do efetivo mobilizado. Salientando

⁴ Os enfermeiros eram na sua maioria cabos e soldados colocados nas unidades operacionais ou de apoio, sendo uma minoria graduados em 1º e 2º sargentos colocados quase todos nos hospitais e Ambulâncias.

também que do total de mortes 93,59% eram praças e apenas 3,41% oficiais, sendo a arma de Infantaria a mais afetada com 80,94% das mortes. Referindo ainda que do total de mortes, 62,4% ocorreram em combate e destas a metralha causou 93,76%, atribuindo os restantes 6,24% aos “gases”. Estes dados refletem o grande poder destrutivo do novo armamento empregue, nomeadamente a metralha.

No que se refere a doenças, estas foram a causa de um total de 406 mortes⁶ das quais, 78,82% deveram-se a causas infecciosas com destaque para as doenças pulmonares que totalizaram 55,91% dos óbitos por doença, e, dentro destas, a tuberculose com 74,45%, o que reflete, por um lado a insalubridade das trincheiras e o rigor das condições climatéricas e por outro, o “deficiente rigor” do processo de seleção dos militares (Marques, 2002).

No que respeita aos feridos, Fraga (2010, p. 353) considera dois grandes tipos de ferimentos: os gaseados e os restantes, em que no primeiro caso temos 2486 e no segundo 2311⁷. Concluindo que “o número de militares que sofreram lesões por ferimento foi muito maior do que aquele que as estatísticas apresentam” e que “os números acima referidos se tratam dos casos em que houve uma lesão permanente e não recuperada”.

Quanto aos doentes que receberam tratamento em regime de internamento nas Ambulâncias e Hospitais Base, Fraga (2007, p. 945) refere um total de 46673 militares, salientando que *“seguramente mais de metade da guarnição do CEP passou pelos hospitais de campanha e os tipos de doenças não devem ter andado muito distantes daqueles que deram origem às mortes já antes referidas”*.

Conclusões

Depois da pesada derrota das forças portuguesas na batalha de La Lys, a 9 de abril de 1918, o CEP foi praticamente destruído. Das forças que restaram, formaram-se ainda três batalhões de infantaria que, enquadrados no Exército Inglês, lutaram na frente até à vitória dos Aliados, formalizada a 11 de novembro de 1918, pela assinatura do Armistício.

Embora as tropas portuguesas tenham desfilado sob o Arco do Triunfo, ao lado das potências vencedoras na comemoração da vitória, a saída da guerra

⁵ Dados referentes ao período 1917-1919.

⁶ Registadas até abril de 1919.

⁷ Dados estatísticos recolhidos no Arquivo de História Militar, cf. Fraga (2010, p. 353).

trazia um sabor amargo. O país encontrava-se numa situação agravada tanto nos planos económico e financeiro como ao nível da estabilidade social e política.

A grande derrota de Portugal seria precisamente no plano político, uma vez que não viu o seu esforço reconhecido no Tratado de Versalhes, em 1919. A candidatura portuguesa, para integrar o Conselho Executivo da Sociedade das Nações, não chegara sequer a ser considerada.

Ao nível humano os resultados foram pesados. Embora o número de mortes não possa ser considerado significativamente elevado (tendo em conta o tipo de guerra travado) as suas consequências em termos sociais não deixam de ser dramáticas, não só pelo número de vidas que se perderam, mas pelo sofrimento causado e pelas sequelas físicas e psicológicas que marcaram os que regressaram.

Pela análise dos números apresentados percebemos o enorme e inestimável trabalho efetuado pelo Serviço de Saúde do CEP, no tratamento dos nossos soldados e na preservação do potencial de combate. Pese embora a falta de preparação para os efeitos desta guerra, sobretudo no que respeita às vítimas dos gases, podemos verificar que os efetivos e os meios sanitários eram adequados, bem como, a sua organização era eficaz e funcional.

Referências Bibliográficas:

- Fraga, L.A., 2007. O Serviço de Saúde no Corpo Expedicionário Português em França 1916-1918. In: *O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal*, pp. 923-952. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Fraga, L.A., 2010. *Do intervencionismo ao sidonismo: os dois segmentos da política de guerra na 1ª República, 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marques, I.P., 2002. *Os Portugueses nas Trincheiras - Um quotidiano de guerra*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Martins, A., 1936. *As Tropas do 1º Grupo de Companhias de Saúde, em França, na Grande Guerra (1917-1919)*. Lisboa: Imprensa Beleza.
- Morgado, F., 1917. *Da linha de fogo às Ambulâncias*. Porto: Livraria Chardron.
- Oliveira, A.N.R., 1993. *História de Exército Português (1910 - 1945)*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

EVOCAÇÃO DOS MILITARES ELVENSES MORTOS NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Fernando Francisco Cabrela Laureano
Capitão Técnico de Pessoal e Secretariado
Aluno do CPOS-E SSTT 2013-14
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
cpos.laureano@gmail.com

Pretendo com a escolha deste tema contribuir de forma modesta para a comemoração do centenário do início da 1.^a Guerra Mundial (1GM); fazer uma singela homenagem aos militares naturais do concelho de Elvas, que nela perderam a vida, elaborando uma pequena biografia militar dos mesmos; sensibilizar para a importância dos Arquivos “*não só como instrumentos de apoio às administrações (perspectiva jurídico-administrativa) (...) mas como instituições que conservam documentos que preservam a memória ...*” (Ribeiro, 2002, p. 19); e dar a conhecer os “nossos” valiosos tesouros arquivísticos existentes não só no Arquivo Definitivo, o Arquivo Histórico Militar (AHM), mas principalmente no Arquivo Intermédio, o Arquivo Geral do Exército (ArqGEx).

Dividi este trabalho em duas fases com procedimentos de pesquisa arquivística distintos. Na primeira fase, relativa aos falecidos em África, a documentação é escassa. A única relação existente encontra-se inserida no Livro de Ouro de Infantaria onde constam os militares falecidos ao serviço da Pátria, contudo trata-se de uma lista bastante incompleta. Para chegarmos à informação sobre a naturalidade é preciso fazer um cruzamento desta listagem com os cadernos índices dos Livros de Recenseamento (existem desde 1880) os quais por sua vez remetem para os Processos Individuais (PI) (existem no ArqGEx aproximadamente 7 milhões de processos).

Numa segunda fase socorri-me da relação dos falecidos do Corpo Expedicionário Português (CEP), que já menciona a naturalidade, existente no AHM e transformada em base de dados pelo ArqGEx.

É referido o assassinato a 28 de junho de 1914, em Sarajevo, do Arquiduque Francisco Fernando, como a causa que originou uma série de acontecimentos que dariam início à 1GM. A 4 de Agosto de 1914 a Grã-Bretanha declarou Guerra à Alemanha.

Refere Serrão (1989, p. 148), *“embora o nosso país não estivesse ligado à tragédia, bem podia sofrer as consequências dela, devido à posição que o Imperio Britânico não deixaria, a seu tempo, de assumir e tendo ainda em conta a situação geográfica portuguesa dispersa pelo Mundo. Tinha-se acendido o barril de pólvora que conduziu à 1.ª Guerra Mundial”*.

Em Portugal assistia-se a uma opinião ambivalente com partidos que eram favoráveis à entrada na Guerra e outros que consideravam o oposto. *“A vizinhança dos Alemães no sul de Angola e no Norte de Moçambique faziam a tomada de decisão de Portugal uma matéria sensível.”* (Serrão, 1989 p. 149).

Portugal participou na Grande Guerra em várias frentes, pelo que as agrupei em duas: a Africana e a Europeia.

Frente Africana

“A guerra em Angola e Moçambique começou cedo. Tanto de um lado como do outro do continente, a Alemanha instalara-se em territórios vizinhos das Colónias portuguesas. Ao Sul de Angola ocupara a região da Damaralândia, considerada, após 1884, como protectorado Alemão do Sudoeste Africano e nunca escondeu o desejo de alargar o seu domínio ao Norte (...). Ao Norte de Moçambique, a Alemanha estava presente na África Oriental Alemã e também aqui não escondia os desejos de alargar os seus domínios para Sul...” (Afonso, 2006 p. 43).

Segundo Teixeira (2004, p. 25) os primeiros incidentes iniciaram-se logo em 25 de agosto de 1914 quando os alemães atacaram o nosso posto de Maziua, no Norte de Moçambique. A 18 de outubro de 1914 dá-se o incidente de Naulila e a 31 o de Cuangar seguidos de uma incursão alemã no interior do território de Angola. Estes acontecimentos obrigam o Estado Português a reforçar as guarnições militares de África que até à altura eram insignificantes. Estes reforços iniciaram-se em setembro de 1914 e estenderam-se a 1918.

Em Angola, Afonso (2006, pp. 47 e 98) refere que em 9 de julho de 1915, as tropas alemãs da Damaralândia renderam-se ficando assim solucionada esta frente de batalha. Em Moçambique a ação dos alemães iria estender-se até aos finais de setembro de 1918, tendo a sua penetração ficado às portas de Quelimane, contudo os alemães acabariam por retirar-se para a sua colónia da África Oriental, ficando assim o território livre da presença das tropas inimigas.

O Almanaque do Exército de 1914 refere, que estavam aquarteladas na cidade de Elvas o Regimento de Cavalaria N.º 1 (RC1), o 2 e 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria N.º 17 (RI17) e o 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria N.º 22 (RI22). Através do Fundo das Ordens de Serviço esperava encontrar listagens de militares mobilizados para África, contudo esta linha de ação não foi possível, por inexistência das mesmas.

No Jornal “ABC-Espanha” de 09 de dezembro de 1914 na página 13, encontrei uma referência a uma força do RI17 que chegou a Lisboa proveniente de Elvas composta por 915 Soldados, 26 Sargentos e 15 Oficiais e que embarcaria no Vapor África no dia 12 de dezembro com destino a Angola. Na edição do Jornal “O Correio Elvense” de 14 de dezembro de 1914 (anexo 1) encontrei a mesma referência a esta força do RI17. Esta força era comandada pelo Major Pires Viegas, a qual também é referida pela Ilustração Portuguesa n.º 461.

Passemos de seguida a descrever quem foram os militares naturais de Elvas mortos nesta frente:

Tenente Augusto Valdez de Passos e Sousa

Esta pesquisa foi a minha mais trabalhosa, pois sabia da existência de uma Rua em Elvas com o nome de Passos e Sousa, contudo não descobri o PI deste militar. Segundo a notícia do Correio Elvense acima referido este militar fazia parte desse contingente.

Segundo o Almanaque de 1914 nasceu em 12 de dezembro de 1896 e o sítio *Geneall* refere que era filho de Rodolfo Augusto de Passos e Sousa e de Angelina Augusta Travassos Valdez, os quais tiveram 6 filhos, três dos quais homens que tal como o pai seguiram a carreira das Armas, eram Abílio Augusto - um iminente militar, Ministro e Comandante da Praça de Elvas -, Aníbal Cesar e o Augusto e era casado com Cassilda Adelaide Silva Martins Farinha. Alistado em 2 de outubro de 1906.

Morreu no Combate de Mongua no Sul de África em 1 de setembro de 1915.

O nome consta na placa evocativa da Academia Militar.

Soldado António Felizardo Pacheco

Da sua folha de matrícula (44747/PI/ArqGEx) consta que nasceu em 26 de julho de 1894 na freguesia de Alcáçova, filho de Joaquim Criado. Alistado em 3 de agosto de 1914 no RI22.

Embarcou em 15 de novembro de 1915 para Angola. Faleceu em 8 de julho de 1916.

Soldado Francisco de Jesus Bileu

Da sua folha de matrícula (28476/PI/ArqGEx) consta que nasceu em 9 de setembro de 1894 na freguesia de Barbacena, filho de Filipe António e de Rita Joaquina. Alistado em 3 de agosto de 1914 na 1.^a Companhia de Saúde

Embarcou em 25 de maio de 1916 para Moçambique. Faleceu afogado, desconhece-se a data, durante a passagem do Rovuma das forças expedicionárias a Moçambique.

Frente Europeia

Afonso (2006, p. 35) afirma que inicialmente Portugal adotou uma posição perante a guerra - nem neutral, nem beligerante - a qual manter-se-ia até 9 de março de 1916, dia em que, a seguir ao apresamento dos navios alemães surtos em portos portugueses, a Alemanha declarou guerra a Portugal.

Este facto deveu-se a uma necessidade de transportes, já que muitos navios estavam inutilizados devido à guerra submarina e verifica-se que existiam muitos navios pertencentes à frota alemã imobilizados nos portos portugueses desde o início da guerra. Sugere ainda Afonso (2006, p. 40) que este acontecimento levou “... a Inglaterra a pedir a Portugal a sua requisição em nome da aliança, requisição que, efectuada através de um acto de posse em 23 de Fevereiro, conduziu à declaração de guerra da Alemanha a 9 de Março de 1916”.

Afonso, (2006, p. 67) refere que posteriormente a mobilização foi acelerada, que acabaria na convocatória de um Corpo de Exército constituída por mais de 50000 homens ficando esta força reunida em junho de 1916 constituindo o CEP. Este foi colocado em França através de sucessivos transportes marítimos entre janeiro e setembro de 1917.

A 9 de abril de 1918 deu-se a ofensiva alemã no sector Português ficando conhecida esta como a Batalha de La Lys, uma das últimas tentativas dos Alemães para ganharem a guerra. A entrada dos americanos na guerra teria

como última consequência a assinatura do armistício em 11 de novembro de 1918 acabando assim um dos mais violentos conflitos armados da humanidade.

Passemos então de seguida a descrever quem foram os militares naturais de Elvas mortos nesta frente:

1.º Cabo João Martins dos Santos Caldeira

Da sua folha de matrícula (45094/PI/ArqGEx) consta que nasceu em 5 de abril de 1896 na freguesia de Santa Eulália, filho de Cláudio José dos Santos Caldeira e de Maria Francisca. Voluntario em 8 de janeiro de 1916 no RI22.

Embarcou para França em 22 de janeiro. A nota do CEP refere que faleceu na 1.ª linha por virtude de ferimentos recebidos em combate, em 27 de julho de 1917. Está sepultado no Cemitério Militar Português (CMP) de Richebourg L'Avoué, Talhão 7, Fila D, Coval 12.

O seu nome foi atribuído a uma Rua de Santa Eulália e consta na placa evocativa do RI22.

Soldado Manuel Viriato Massano

Da sua folha de matrícula (45822/PI/ArqGex) consta que nasceu em 9 de abril de 1899 na freguesia de São Pedro, filho de António Guilherme Massano e de Ana Rosa Pires. Alistado em 3 de janeiro de 1916 como voluntário no RC1.

Embarcou para França em 26 de maio de 1917. De acordo com a nota do CEP faleceu no canal de La Lys, vitimado por “Asfixia por submersão” em 27 de julho de 1917, sendo sepultado no cemitério de St.º Venant.

Soldado Luiz António Pedro

Da sua folha de matrícula (44547/PI/ArqGEx) consta que nasceu a 23 de setembro de 1893 na freguesia de São Vicente, era filho Pedro António e Catarina Rosa. Alistado em 12 de janeiro de 1914, tendo assentado praça no RI22.

Embarcou para França em 21 de janeiro de 1917. Segundo nota CEP faleceu na 1.ª linha, por virtude de ferimentos em combate, em 9 de agosto de 1917. Está sepultado no CMP de Richebourg L'Avoué, Talhão 7, Fila D, Coval 9.

Tenente Alípio José Vieira Gomes

Da nota n.º 416 do CEP (PT AHM-DIV-1-35A-1-04-1183) refere que nasceu na freguesia de São Pedro, filho de Isidro Gomes e Maria Inocência Gomes, casado com Maria Eduarda Caldeira Gomes.

Embarcou para França em 22 de abril de 1917 e quando procurava elementos de informação de uma granada que tinha caído no seu sub-sector ficou gravemente ferido tendo falecido em 25 de fevereiro de 1918. Está sepultado no CMP de Richebourg L'Avoué, Talhão 5, Fila G, Coval 15.

Soldado João Augusto Cordeiro

Da sua folha de matrícula (45385/PI/ArqGEx) consta que nasceu a 20 de maio de 1897 em Vila Boim, era filho Domingos José Cordeiro e de Tereza de Jesus Valadas. Alistado em 01 de maio de 1915, como voluntário, no RI22.

Embarcou para França em 22 de janeiro fazendo parte do CEP. A nota n.º 863 do CEP refere que foi ferido em combate vindo a falecer em 2 de abril de 1918. Está sepultado no cemitério de Vielle Chapelle, Coval n.º B-2, Plot 4.

O seu nome foi atribuído a uma rua de Elvas e consta na placa evocativa do RI22 que refere que este militar foi agraciado com a Cruz de Guerra 4.^a Classe.

Soldado Joaquim do Nascimento Carretas

Da sua folha de matrícula (44563/PI/ArqGex) consta que nasceu a 11 de junho de 1893 em Barbacena. Incorporado no 1.º Grupo de Companhia de Saúde em 15 de janeiro de 1914.

Fazendo parte do CEP embarcou para França em 2 de fevereiro de 1917. De acordo nota do CEP em 08 de abril de 1918 foi dado como desaparecido em combate. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros de Guerra foi feito prisioneiro sendo internado no Campo de Friedrichfeld. Através do Comité Internacional da Cruz Vermelha, soube-se que faleceu em 25 de agosto 1918 no "Lazareto reservado de Disburg", vitimado por desastre no trabalho com uma ferida nos intestinos.

Está sepultado no cemitério de Slodt, Friedhof, Tumba 66 – II Teil.

2.º Sargento Francisco José Carujo

De acordo com o seu PI (PT AHM-DIV-1-35A-2-07-6431) nasceu em Santa Eulália e era filho de Manuel Joaquim Carujo e de Teodora de Assunção Santos. Alistado pelo RC1.

Embarcou para França em 20 de janeiro de 1917. Faleceu no Hospital em 2 de novembro de 1918 por Broncopneumonia.

Está sepultado no cemitério civil de Herbell, Coval N.º 18.

O seu nome consta da placa evocativa do RC1.

Conclusões

Afonso (2006, pp. 116-117) citando Fraga (2001) e Martins (1934-1935), afirmam que foram mobilizados para Angola 9209 militares repartidos em 2 expedições: em 11 de setembro de 1914, a qual foi reforçada por outros contingentes, e pela 2.ª expedição em 11 de outubro de 1915. Para Moçambique com várias expedições até 1918 foram mobilizados um total de 17259 militares. Os mesmos autores referem que para o CEP foram mobilizados 55165 militares.

Na Frente Africana, referindo ainda o mesmo estudo, existiram 5691 mortos o que totaliza aproximadamente uma taxa de baixas de 33%, na sua grande maioria provocado pelas doenças tropicais e pela falta de assistência medico-sanitária deste contingente. Na Frente Europeia existiram 1992 mortos totalizando aproximadamente 4% de baixas.

Contudo com a minha pesquisa concluí que a estes números teremos de acrescentar muitos que faleceram nos meses e anos seguintes, vítimas de doenças provocadas pela guerra, mas principalmente pelos efeitos dos gases utilizados no campo de batalha da Flandres.

Enquanto em África é extremamente difícil encontrar documentos que auxiliem a minha pesquisa, já na Europa esta tarefa é fácil, em virtude de terem sido conservados convenientemente estes fundos documentais.

Também concluo que as relações consultadas estão incompletas já que existem muitos nomes em fontes documentais comprovadas que não se encontram nestas listas, esta situação poderá ser alterada em função do “Memorial aos Combatentes Mortos em Campanha na Primeira Grande Guerra”, projeto que se destina a homenagear os combatentes de todos os ramos das Forças Armadas mortos neste conflito, estando os Arquivos do Exército determinados a fazer a evocação destes militares.

Fontes

Exército Português, 1914. Almanaque do Exército.

Exército Português, s.d.. PT AHM-DIV-1-35A-2-07-6431. *Francisco José Carujo*.
Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

Exército Português, 1893. Processo Individual N.º 44563/PI/ArqGex – *Joaquim do Nascimento Carretas*. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.

Exército Português, 1894. Processo Individual N.º 28476/PI/ArqGex – *António Francisco de Jesus Bileu*. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.

Exército Português, 1894. Processo Individual N.º 44747/PI/ArqGex – *António Felizardo Pacheco*. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.

Exército Português, 1896. Processo Individual N.º 45094/PI/ArqGex – *João Martins dos Santos Caldeira*. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.

Exército Português, 1897. Processo Individual N.º 45385/PI/ArqGex – *João Augusto Cordeiro*. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.

Exército Português, 1899. Processo Individual N.º 44547/PI/ArqGex – *Luiz António Pedro*. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.

Exército Português, s.d.. PT AHM-DIV-1-35A-1-04-1183. *Alípio José Vieira Gomes*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

Ilustração Portuguesa n.º 461 de 21 de Dezembro de 1914, página 792.

Jornal ABC (Espanha) de 09 de Dezembro de 1914, página 13.

Referências Bibliográficas

Afonso, A., 2006. *Colecção Batalhas da História de Portugal - Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: QuidNovi.

General Augusto Valdez de Passos e Sousa, 1914. [Em linha]. Disponível em: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=516048, [Consult. 1 mar. 2014]

Ribeiro, F., 2002. *Arquivos – Memória – história: algumas notas para reflexão*. [Em linha]. Porto: CEPES. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20306/2/revpopsoc92002fribeiro000084784.pdf>, [Consult. 14 jan. 2014].

Serrão, J. 1989. *História de Portugal*, Volume X1. 1ª ed.. Lisboa. Editorial Verbo.

Teixeira, N. S. e Barata, T. 2004. *Nova História Militar De Portugal*, Volume IV. Lisboa: Círculo de Leitores.